REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 52 / JULHO A SETEMBRO 98 / ANO 12

EDITORIAL

MILITARES E CIDADANIA

O artigo 31.° da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDN), que o próprio legislador intitulou de "Restrição ao Exercício de Direitos por Militares", tem sido objecto de controvérsia e contestação por largos sectores da sociedade portuguesa. Naturalmente que, nas várias associações e clubes de militares profissionais, afinal os que são directamente visados por estas restrições, tem merecido atenta reflexão e aprofundado debate, como tema central de textos publicados, entrevistas, colóquios, conferências, mesas redondas e outras formas de intervenção pública.

Obviamente que o artigo justifica essa contestação, porque a sua arquitectura denuncia a intenção de condicionar politicamente o militar enquanto cidadão, quando o que apenas se justifica é que os seus direitos políticos sejam limitados enquanto profissional, isto é, no exercício das suas funções.

O artigo da LDN que me parece incontestável e que se ajusta com rigor à condição militar em democracia não é o 31.°, mas o 30.°, quando, no n.° 2, diz que "*os elementos das Forças Armadas não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política*".

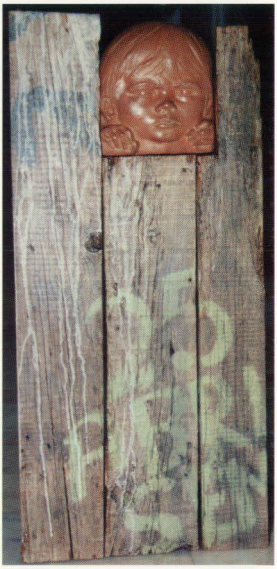
O militar é, no conceito de Harold Cleasswell, "o administrador da violência legítima". Para isso é dotado pelo poder, em nome da sociedade que representa, de instrumentos de coacção, como são as armas, os homens treinados, a disciplina, o prestígio da hierarquia, a autoridade da função de comando, direcção ou chefia.

O que o Artigo 30.°, e muito bem, pretende impedir, é que esses instrumentos de coacção, ao dispor dos militares, principalmente dos escalões mais elevados, sejam por estes desviados da sua finalidade e possam servir para estes forçarem opções políticas, condicionarem o exercício de direitos e liberdades, se auto-promoverem a cargos públicos. Em resumo, como reza a letra do artigo, serem instrumento de "intervenção política".

Pessoalmente penso que o que mais fere no Art.° 31.°, tirando alguns ponnenores que raiam o absurdo, como é a proibição de a generalidade dos militares abordarem "*(...) assuntos respeitantes às Forças Armadas (...) de natureza exclusivamente técnica (...)*" (n.° 3), é a sua ambiguidade, permitindo as mais discricionárias interpretações, passível de se tornar um instrumento de dissuasão nas mãos do poder político e da hierarquia militar, inibidor de uma estrutura mal informada e com pouca margem de defesa. Quando se afirma que os militares "*(...) não podem fazer declarações públicas de carácter político ou quaisquer outras que ponham em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas ou desrespeitem o dever de isenção política (...)*"(n.° 2) é óbvia a amplitude interpretativa que aqui é conferida às hierarquias para definirem o que é ou não de "carácter político" , o que é que põe ou não "em risco a coesão" o que respeita ou não a "isenção política", abrindo as portas a todo o género de arbitrariedades.

O n.° 7 do mesmo artigo mostra que, na verdade, os militares não estão proibidos de participar em "*(...) conferências ou debates promovidos por institutos ou associações sem natureza de*

(Continua na última pág.)



SUMÁRIO

Editorial 1

Sementes de Abril ..... 3 a 6

Opinião ..... 7 a 15

Testemunho 16

Ler, Ver e Ouvir ..... 17 a 24

Vida Associativa ..... 25 e 26

Desporto e Recreio 27

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1070 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

25 x 25

Apesar de muitos dizerem que *parece que ainda foi ontem*, já estamos a viver as ***bodas de prata do 25 de Abril***.

Como é da tradição, também a A25A encara estas comemorações de uma forma muito especial. Por isso, decidimos contactar os órgãos de soberania, no sentido de conjugar e consertar os vários tipos de comemorações (oficiais, populares, da A25A).

Apesar dos nossos esforços, ainda não foi possível acertar um programa específico.

Mas, como o tempo não perdoa e os 25 anos se aproximam (alguns eventos pontuais, como o 9 de Setembro, já passaram mesmo) não podemos demorar mais a tomada de decisões.

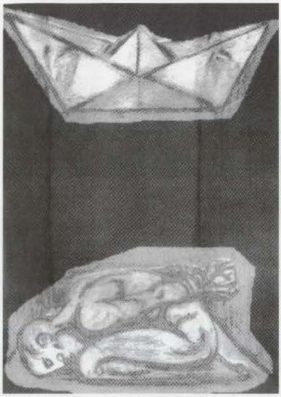
É nesse sentido e com o objectivo de definir um ***programa de comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril***, que se decidiu realizar uma ASSEMBLEIA GERAL extraordinária, em 10 de Outubro às 14.30 horas no Forum Lisboa.

Contamos com a presença dos associados
O objectivo justifica-a.

Não nos desiluda, COMPAREÇA.

Na capa: *"SEMPRE" – Mista, gentilmente oferecida à A25A pelo autor, escultor António Trindade*

REVOLTA DOS MARINHEIROS



Na sequência das homenagens que têm sido promovidas em honra dos participantes na "Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936", e das quais o último número de "O Referencial" publicou a excelente e desenvolvida reportagem do nosso associado Vieira Nunes, a Biblioteca Museu República e Resistência tem patente uma exposiçao fotográfica e documental, que inaugurou com uma conferência no dia 8 de Setembro. Na conferência, a que assistiu um grande número de sócios da A25A, usaram da palavra o director da Biblioteca Museu, Dr. João Mário Mascarenhas, o sargento-ajudante da Armada Custódio de Jesus, em nome da Comissão Promotora das Homenagens, os sargentos-ajudantes da Armada José Barata e Josué Romão, em nome dos 5 marinheiros revoltosos ainda vivos, e o almirante Rosa Coutinho como convidado especial. Todos os oradores puseram a tónica no significado do acto dos marinheiros, pelo seu patriotismo como pioneiros na luta contra a ditadura salazarista e pela prova de camaradagem na solidariedade com os camaradas que, antes da revolta, por motivos políticos, haviam sido expulsos da Armada.

Muito justamente se aguarda que o sacrifício destes militares, que em longos anos no Tarrafal, onde alguns perderam mesmo a vida e todos perderam os anos de juventude, pagaram o alto preço da sua coragem cívica, seja reconhecido com o galardão que mais do que ninguém merecem, a Ordem da Liberdade.

REVOLTA DOS MARINHEIROS

NA PALESTINA

Cruzeiros e incorporação dos Árabes

República

Fundador
Dr. Antonio José de Almeida

Director e proprietario Ribeiro de Carvalho

O jornal da tarde de maior circulação em todo o País

UM CASO DE GRAVE SEMILHÃO

FOI DOMINADO UM LEVANTAMENTO

por parte dos guarnições da "Alfonso de Albuquerque" e do centro-torpedeiro "Dão"

Os Reitos das fines morgens, sinistros, inutilizaram os dois barcos, reduzindo-se à obediência

"OS MARINHEIROS DE SETEMBRO DE 1936 AINDA VIVOS"

JOSÉ BARATA

JOAQUIM DE SOUSA TEIXEIRA

JOSÉ NEVES AMADO

JOSUÉ MARTINS ROMÃO

ARMINDO DO AMARAL GUIMARÃES

COMEMORAÇÕES DO 3.° CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Aproveitando reportagens de *João Peixinho*, publicadas no *Diário de Aveiro* e de *Carlos Duarte*, publicadas no semanário *Litoral*, damos notícia das comemorações do evento que, há 25 anos, muito ajudou à criação das condições que permitiram o acto libertador de 25 de Abril de 1974 (os nossos agradecimentos ao associado da A25A, *Carlos Duarte*, que nos forneceu estes elementos, só agora publicados devido à falta de espaço do número anterior de *O Referencial*).

Antero Gaspar (Governador Civil de Aveiro), Alberto Souto (Pres. Câmara de Aveiro), Jorge Sampaio e Neto Brandão

A abrir as comemorações do 3.° Congresso da Oposição Democrática, realizadas a 4 de Abril, em Aveiro, na homenagem aos democratas falecidos, no Cemitério Central, foram ditas idênticas palavras às proferidas um dia por Mário Sacramento, "o verdadeiro pai dos congressos", na sua "Carta Testamento". Foi assim que Flávio Sardo, membro da comissão das comemorações e ex-membro da Comissão Executiva do 3.° Congresso, se referiu a Mário Sacramento, o aveirense, anti-fascista, que termina a "Carta Testamento" dizendo: "Façam um mundo melhor, ouviram? Não me obriguem a voltar cá!". O conteúdo das palavras de Flávio Sardo no cemitério, junto ao Monumento aos Mártires da Liberdade, foram idênticas, embora noutro contexto do regime de Portugal. "Não se imporá às nossas consciências o 4.° Congresso mas se tal viesse a acontecer, os que aqui estão, estariam unidos em defesa da liberdade e da democracia", disse Flávio Sardo que falava em nome da comissão organizadora das comemorações, está convencido que "a democracia está consolidada em Portugal", mas também diz: "mantemo-nos fiéis e coesos na defesa da causa da democracia".

Para reviver e prestar homenagem a estes acontecimentos, Aveiro recebeu ontem um conjunto de personalidades. Sottomayor Cardia, ex-ministro, o "Capitão de Abril" Vasco Lourenço e Vitor Dias, do Comité Central do PCP, eram alguns dos que estavam entre a multidão. Juntaram-se na Praça da República, frente à estátua de José Estêvão e seguiram para o cemitério, muitos de cravos vermelhos na mão ou na lapela. Depois foi descerrada a placa toponímica na "Avenida dos Congressos da Oposição Democrática", inaugurada uma exposição documental, seguindo-se a sessão solene, no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos, com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio e com a intervenção do historiador José Manuel Tengarrinha. Uma sessão que reuniu mais de mil pessoas e encheu por completo o grande auditório do Centro Cultural. Depois, Jorge Sampaio colocou as insígnias de membro honorário da Ordem da Liberdade no estandarte da cidade de Aveiro. O programa das comemorações terminou com um jantar de confraternização.

De todo o país

Quando se realizou o 3.° Congresso da Oposição Democrática, entre os dias 4 e 8 de Abril de 1973, cerca de um ano antes da revolução de 25 de Abril de 1974, Mário Sacramento já tinha falecido e as suas palavras foram ditas num outro contexto relativamente às proferidas por Flávio Sardo, mas podem produzir o mesmo efeito. É que, para além do convívio entre os que participaram, a homenagem aos falecidos e a promoção do espírito pluralista, está na mente das comemorações o aspecto "pedagógico" da acção de comemorar. Ou seja, para os mais novos que não viveram a época da transição de um regime de partido único para o pluralismo político-partidário, é preciso dar a conhecer as fases da História de Portugal e alertar para os perigos de um governo totalitário. O 3.° Congresso da Oposição Democrática decorreu em pleno governo de Marcelo Caetano, que chegou a prometer a abertura às oposições, o que nunca veio a concretizar-se. Mas o congresso acabou por constituir uma peça fundamental no enfraquecimento da força do governo e na demonstração da intolerância de Caetano aos que se posicionavam contra,

O discurso de Flávio Sardo elevou e recordou ainda diversas figuras aveirenses e a população de Aveiro em geral, que ao longo dos anos se confrontou com regimes sem liberdade. Mário Bastos Rodrigues,

A bandeira da cidade de Aveiro tem uma nova insígnia. Desde o passado 4 de Abril que exibe o grau da Ordem da Liberdade, imposta pelo Presidente da República, Jorge Sampaio. No sábado, nas comemorações do 25.° aniversário do 3.° Congresso da Oposição Democrática que antecedeu a revolução de 25 de Abril de 1974. É o reconhecimento nacional a Aveiro, sempre à frente das lutas pelas liberdades no país.

(Continuação da página anterior)

Um auditório repleto para assinalar o aniversário do 3.º Congresso da Oposição Democrática em Aveiro. Com Jorge Sampaio e José Manuel Tengarrinha a discursar. Antes, a homenagem aos democratas falecidos, no Cemitério Central, o mesmo que, há 25 anos, a polícia impediu que os participantes no Congresso visitassem. Uma data que marcou história e deu um "empurrão" à revolução de Abril.

falecido esta semana, acabou por ser também uma das figuras recordadas. Com Flávio Sardo, António Neto Brandão, António Pinho Regala, Carlos Candal e Joaquim da Silveira, Mário Bastos Rodrigues integrava a comissão organizadora das comemorações. Da Comissão Executiva do congresso, outras figuras também já falecidas foram recordadas com pesar. Para além de Mário Bastos Rodrigues, Álvaro Seiça Neves, João Sarabando e Manuel Andrade mereceram o reconhecimento. A estes que "combateram a fera fascista", ficou a "sentida mensagem de saudade".

Cerca de 300 pessoas, vindas de diversos pontos do país, participaram na romagem de ontem desde o largo da Câmara até ao Cemitério Central. Um percurso que também estava previsto no programa do 3.º Congresso de há 25 anos, para a romagem à campa de Mário Sacramento, que seria travada pela polícia de choque. Aliás, uma intervenção que daria a projecção nacional e internacional de um regime sem liberdade em Portugal.

Junto ao Monumento aos Mártires, Flávio Sardo prestou homenagem aos que "morreram pela causa da democracia". Os que pagaram com a vida em acontecimentos dos anos de 1820, 1828, 1838 a 1898 ficam "eternizados neste momento". Referiu-se particularmente aos "revoltosos" de Aveiro, assassinados a 18 de Maio de 1828, no Porto, com as suas cabeças espetadas em postes, colocados frente às suas casas, com "gáudio do espectáculo tétrico" dos autores destes crimes. Mas, mesmo neste cenário de terror, houve dificuldade em arranjar os postes, porque os lavradores de Azurva resistiram a fornecer o material, embora tenham sido depois obrigados a fornecer os pinheiros.

Congresso premonitório

A "rebeldia aveirense" foi também referida por Jorge Sampaio na sua intervenção, já na sessão solene. O Presidente da República aproveitou esta "rebeldia" que "marcou por diversas vezes a história contemporânea de Portugal", para justificar a atribuição do grau de membro honorário da Ordem da Liberdade a Aveiro.

Jorge Sampaio aludiu ainda à importância do 3.º Congresso que diz ter funcionado "como uma verdadeira campanha preminitória da queda do marcelismo e com ela, do próprio Estado Novo". Referindo-se ainda ao 25 de Abril, Jorge Sampaio disse que "permitiu pôr termo à guerra colonial e ao ciclo do império. Não foi aliás pequeno mérito do Congresso de 73, que aqui comemoramos, o de ter estabelecido com clareza essa articulação entre liberdade e descolonização".

Voltando atrás no tempo, ao período anterior a 1973, o Presidente da República disse ainda que "o primeiro congresso preparou o caminho para a campanha de Humberto Delgado, quando a estabilidade do salazarismo foi questionada, num sobressalto físico que despertou uma multiplicidade de consciências e de energias políticas". O segundo, acrescentou Sampaio, "representou uma das mais vastas mobilizações intelectuais e políticas de sempre, implicando diversas correntes, contestatárias da ditadura, no debate das novas perspectivas criadas, com a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano à frente do regime corporativo".

Também José Manuel Tengarrinha, historiador, justificou a realização dos congressos em Aveiro, com as características dos aveirenses envolvidos nestas iniciativas. "A formação liberal, o anti-autoritarismo, a formação humanística e tolerante, a unidade de acção contra o fascismo" foram alguns dos aspectos apontados, para além de considerar que, em Aveiro, existia "uma autoridade distrital e concelhia menos agressiva para as oposições e algum verniz liberalizante". Tengarrinha recordou ainda a presença de aveirenses noutras revoltas contra os regimes, justificadas pelo suporte social de características liberais.

Quem esteve no aniversário do III Congresso da Oposição Democrática

Deslocaram-se propositadamente a Aveiro várias figuras públicas, de entre as quais destacamos Vasco Lourenço, o Ministro Jorge Coelho, SottoMayor Cardia, o Secretário de estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, Virgínia Moura, Santos Simões, José Neves, José Medeiros Ferreira, Lopes Cardoso, António Reis, Manuel Coelho dos Santos, Fernando Tordo, Manuel Freire, Maria Helena Brederode Santos, Maria Barroso, Rui Namorado, Manuel Cruzeiro, Antunes Ferreira, Marcelo Curto, Vitor Silva, Paulo Sucena, Óscar Mascarenhas, Luís Catarino, etc.

De Aveiro:

Girão Pereira, D. António Marcelino, Monsenhor João Gaspar, Ribau esteves, Manuel Silvestre, Vieira da Silva, Júlio Pedrosa, Reitor da Universidade de Aveiro, etc.

Ao todo, talvez 2.000 pessoas encheram a sala do Centro Cultural e de Congressos.

Duas ausências a lamentar:

Francisco Pereira de Moura, que faleceu precisamente nesse dia e Mário Rodrigues, jornalista, vítima de ataque cardíaco três dias antes, e que fazia parte da Comissão Organizadora

Os Portugueses no Canadá
Da Emigração à Aculturação?: Cultura, Política e Participação no Meio de Acolhimento

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Está de parabéns a "Associação 25 de Abril - Delegação do Canadá" por tão feliz iniciativa – uma "Semana Cultural" dedicada ao importante e histórico evento – "O 25 de Abril de 1974". Está de parabéns ainda por ter trazido até nós tão ilustre convidado, o Senhor Major Sanches Osório.

Obrigado a todas as pessoas responsáveis por este acontecimento pela honra que me deram de participar neste evento cultural com uma comunicação sobre os Portugueses no Canadá. Agradeço em especial ao actual Presidente da "Associação 25 de Abril" – Senhor Liberal do Couto e a um dos seus fundadores – o Senhor Mário Lebre – por me terem convidado para este acontecimento que hoje tem lugar na "Casa dos Açores".

Antes de passar à leitura do documento que preparei e que foca na – cultura, política e participação por parte dos Portugueses no meio de acolhimento/Canadá – gostaria de vos mencionar que não vou falar da "Revolução dos Cravos", dado que era muito jovem quando ela teve lugar. Tal tarefa ficará a cargo do nosso ilustre convidado de honra – o Major Sanches Osório. Como participante, venho hoje cá aprender mais convosco sobre este importante acontecimento que teve lugar em Portugal há 24 anos e que desde então marcou profundamente o Portugal que hoje conhecemos.

OS PORTUGUESES NO CANADÁ

Os Lusos-Canadianos são dos grupos étnicos mais jovens no Canadá. Só a partir de 1953 que o Canadá se tornou o país de acolhimento para os imigrantes portugueses. Hoje, após quatro décadas e meia da chegada oficial dos primeiros Portugueses, poderemos encontrar comunidades portuguesas de costa a costa do Canadá. A maior parte dos Luso-Canadianos vivem na província do Ontário (202.395). No Quebec vivem 42.975, na Colúmbia Britânica 23.380, em Alberta 9.755 e em Manitoba 9.530 (Statistics Canada, 1991). As Autoridades Portuguesas no Canadá dão uma estimativa da população portuguesa (primeira, segunda e terceira geração) no Canadá de aproximadamente 500.000 Tanto pelos seus números como pela sua contribuição à sociedade canadiana, os Luso-Canadianos ocupam um importante lugar dentro do "mosaico" étnico do país.

Uma importante característica dos portugueses no Canadá é a sua "natureza urbanística". As suas tendências urbanísticas são de origem recente; consequentemente a sua distribuição e concentração em áreas particulares da cidade (e. g. bairros de imigrantes) não são surpreendentes. As "colónias" portuguesas no Canadá começaram a delinear-se durante os anos 60 e no começo dos anos de 70. O crescimento constante da imigração portuguesa e o constante influxo de famílias, contribuiram em grande parte, para o estabelecimento e consolidação de bairros de imigrantes. A criação destes "bairros portugueses" foi uma fase importante no "ciclo de vida" da comunidade.

Utilizando o processo de "chamada em cadeia" os Luso-Canadianos tiveram êxito na imigração de Portugal para o Canadá de famílias inteiras. Desde a sua chegada, os portugueses tentaram manter a sua identidade cultural e modo de vida no seu novo meio. Mostraram um padrão distinto no qual se traduziu num isolamento espacial e social da sociedade canadiana. Esta segregação voluntária, realizada quase por necessidade, foi em parte uma barreira imensa à integração da primeira geração de portugueses na sociedade canadiana.

Desde a sua chegada, os portugueses tentaram manter a sua identidade cultural e modo de vida no seu novo meio.

Nas duas últimas décadas, as comunidades portuguesas no Canadá continuaram a evoluir, ambas por um incremento natural e por um influxo imigratório português. Actualmente, nas cidades de Toronto, Montreal, Vancouver, Winnipeg e Edmonton pode-se identificar o "âmago" ou "centro" das comunidades portuguesas. No meio destes "centros" a visibilidade tem um papel importante e a "atmosfera étnica" existe. As comunidades portuguesas no Canadá, particularmente nas cidades mais importantes mencionadas préviamente, são auto-suficientes. Atingiram um considerável nivel de organização comunitária.

As comunidades portuguesas no Canadá, particularmente nas cidades mais importantes mencionadas préviamente, são auto-suficientes. Atingiram um considerável nivel de organização comunitária.

VIDA COMUNITÁRIA

Dado que a maioria dos portugueses no Canadá fazem parte da primeira geração, não é surpreendente que a maior parte dos imigrantes pertencentes a essa geração demonstrem uma falta de participação na "vida" canadiana. Contribuindo para este comportamento há condições sócio/políticas sob o qual estes imigrantes viviam em Portugal antes de imigrarem. Existe um sentimento que a falta de unidade entre os portugueses inibiu os Luso-Canadianos na integração e participação na sociedade canadiana negando ao grupo uma mais activa e dominante voz na defesa dos seus interesses sociais, políticos e culturais no novo meio social.

Opiniões acerca de unidade das comunidades portuguesas ou da falta dela são contraditórias e inconclusivas. Alguns

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

exprimem preocupação, argumentando de que a falta de unidade é um problema sério. Outros vêem a falta de sucesso na criação de projectos de grande projecção, tais como a formação de organizações de "vanguarda" a fim de representarem os interesses das comunidades portuguesas, como significante manifestação da "personalidade" portuguesa. Por exemplo, tem havido bastante preocupação acerca da proliferação de pequenos clubes portugueses e associações nas duas últimas décadas, dificultando grandemente a sobrevivência dessas organizações no aspecto financeiro.

Segundo alguns escritores portugueses da diàspora, a falta de sucesso de alguns empreendimentos é a divisão que permanece entre alguns membros da comunidade portuguesa, o individualismo e temperamento dos imigrantes portugueses, a ambição de certos pseudo-líderes que põem os seus interesses pessoais acima das da comunidade, e a diversidade das diferenças regionais entre imigrantes portugueses. Com a maturidade dos portugueses da primeira geração e a integração das segunda e terceira gerações, é de esperar que alguns dos dilemas com que as comunidades portuguesas se defrontam actualmente, desapareçam.

Porém, esta mudança demográfica traz novos desafios. Uma característica comum de algumas instituições portuguesas é o seu pequeno número de membros e a falta de voluntários, particularmente na segunda geração de portugueses (nascidos no Canadá) na participação da organização dessas instituições. Segundo "membros chaves" da comunidade portuguesa no Canadá, as novas gerações de Luso-Canadianos estão menos envolvidas e interessadas do que a "velha" geração na vida orgânica e actividades das instituições sócio-culturais portuguesas. Com o decrescimento da imigração portuguesa para o Canadá, o maior desafio com que os representantes portugueses se defrontam presentemente consiste na motivação e criação da "atmosfera" necessária dessas instituições para que possam atrair as "novas" gerações de Luso-Canadianos. Aqueles que defendem uma maior unidade na comunidade argumentam que os portugueses formam uma comunidade "fechada" sendo a família uma das mais importantes instituições na vida deles. Em tempo de crise, dentro da comunidade ou na terra natal, os Luso-Canadianos respondem prontamente com ajudas e contribuições. Os portugueses têm demonstrado, através dos anos, solidariedade na angariação de fundos a fim de financiar projectos comunitários e a ajudar os seus conterrâneos em carência durante emergências ou desastres.

As novas gerações de Luso-Canadianos estão menos envolvidas e interessadas do que a 'velha' geração na vida orgânica e actividades das instituições sócio-culturais portuguesas.

Os Luso-Canadianos atingiram um nível extraordinário nos últimos quarenta anos na organização comunitária, estabelecendo instituições sociais, culturais e religiosas assim como empresas e serviços de informação na sua própria língua. Os portugueses são um povo sociável e, como tal, tentam recriar através das instituições portuguesas a riqueza das suas tradições e cultura no novo mundo. As instituições Luso-Canadianas estabelecidas de costa a costa não são só pontos de encontro mas também meios de promoção da língua portuguesa e da sua cultura de origem, patrocionando actividades educacionais, sociais e recreativas e assistindo imigrantes que enfrentam problemas linguísticos ou outros problemas sociais. Nesta perspectiva, estas instituições desempenham um papel importante entre os Luso-Canadianos ajudando-os a adaptar à sua nova morada.

As instituições Luso-Canadianas estabelecidas de costa a costa não são só pontos de encontro mas também meios de promoção da língua portuguesa e da sua cultura de origem.

A formação, nos últimos quinze anos, dum importante tipo de organizações 'Federais/Provinciais' tais como a 'Federação Luso-Canadiana de Empresários e Profissionais' (Federation of Portuguese-Canadian Bussiness and Protessionals), 'Aliança dos Clubes e Associações Portuguesas de Ontário' (Alliance of Portuguese Clubs of Ontário), 'Câmara de Comércio e Industria Canadá - Portugal', 'Associação dos Empresários Portugueses de Winnipeg', 'Aliança dos Profissionais e Empresários do Quebec', (Alliance des Professionnels et Entrepreneurs Portugais du Quebec), 'La Chambre du Commerce Portugais du Quebec', 'Congresso Nacional Luso-Canadiano' (Portuguese- Canadian National Congress), são alguns dos bons exemplos da alta maturidade organizativa e do desejo dos Luso-Canadianos de criar organizações que se adaptem à nova era e geração

Nesta fase, as organizações Luso-Canadianas ainda não satisfazem as

A convite da "Associação 25 de Abril", na Casa dos Açores foram oradores o prof. José Carlos Teixeira e o Major Sanches Osório. Na foto – Jorge Machado, Liberal do Couto, Major Sanches Osório, José Carlos Teixeira e Mário Lebre. Foto de Máltice Ribeiro, publicada em "Correio Português".

(Continuação da página anterior)

necessidades totais e preferências da 'nova' geração em termos de actividades sociais, culturais e recreativas. Novas medidas deverão ser implementadas de modo a não se perder a nova geração. Os representantes da comunidade têm um importante papel a desenvolver dando às mulheres e aos jovens portugueses uma 'voz' mais activa na vida e destino das organizações portuguesas.

CULTURA

O grupo étnico português é dentro do contexto multicultural canadiano um importante complemento ao património cultural canadiano. Para preservar a sua língua e cultura, os imigrantes portugueses desenvolveram uma extraordinária rede de escolas comunitárias nas áreas de maior concentração do Canadá. A escola portuguesa constitui um veículo priviligiado para a promoção da cultura e tradição portuguesa no Canadá.

A escola portuguesa constitui um veículo priviligiado para a promoção da cultura e tradição portuguesa no Canadá.

A fonte de preocupação das comunidades portuguesas de hoje tem sido um elevado índice de absentismo escolar entre a juventude luso-canadiana. Individualmente mal ajustadas ao choque cultural familiar e um programa académico mal ajustado às suas necessidades tem sido descrito como as maiores razões dum elevado índice de desistência entre os estudantes luso-canadianos. Membros das comunidades no Canadá reconhecem que existem muitas carências referentes à educação da juventude Luso-Canadiana. Mas também reconhecem que o progresso tem vindo a ser feito gradualmente nesta fase da vida comunitária portuguesa e que há razões para optimismo.

Segundo o recenseamento de 1991, o português é posicionado em quarto lugar nas línguas "não oficiais" do Canadá após o italiano, o chinês e o alemão, com 211.040 pessoas declarando o português como a sua 'língua-mãe'. Os estreitos laços familiares dos portugueses contribuem para uma manutenção da língua portuguesa falada em casa por todo o agregado familiar. Por conseguinte, o agregado familiar é a maior fonte da retenção linguística.

O agregado familiar é a maior fonte da retenção linguística.

Há provas de que a 'assimilação linguística' ocorre dentro das comunidades portuguesas, particularmente entre as 'novas' gerações. Existe um sentimento entre os membros das comunidades portuguesas de que a sua cultura está numa fase de transição, não totalmente implantada mas com tendência a adaptar-se ao novo meio. A língua portuguesa, é um importante símbolo da identidade étnica, transmissora da cultura, estando também numa fase de transição com a juventude utilizando a língua-mãe no circulo familiar com o fim da comunicação com os pais e avós, enquanto a preferência seja o uso do inglês e/ou francês quando em público.

As comemorações e festividades portuguesas desempenham um papel vital na vida das comunidades Luso-Canadianas. As festas de carácter religioso e cívico também fazem parte da vida sócio-cultural portuguesa.

É importante notar que a nova geração de artistas luso-canadianos vão aparecendo e deixando as suas 'impressões' na arte canadiana.

Nas últimas quatro décadas as comunidades portuguesas têm mantido um grande número de programas de rádio e televisão de língua portuguesa, assim como publicações portuguesas. Um total de 104 publicações foram identificadas durante o período de 1958-1995. Destas, 50 são jornais, 37 são boletins e 17 são revistas. Historicamente, a imprensa Luso-Canadiana tem sido limitada às grandes àreas cosmopolitanas canadianas, particularmente nas cidades de Toronto e Montreal.

As comunidades portuguesas têm mantido um grande número de programas de rádio e televisão de língua portuguesa, assim como publicações portuguesas.

Através dos anos, a imprensa étnica portuguesa (jornais, rádio e televisão) têm promovido a língua e cultura portuguesa e têm demonstrado um importante papel como ligação entre os dois diferentes mundos e culturas – Portugal e Canadá. Actualmente, esta fonte de informação étnica faz parte de ambas as culturas portuguesa e canadiana Estas fontes de informação documentam o rico património Luso-Canadiano e, por isso, a sua utilidade nos estudos etnoculturais não devem ser negligenciados.

POLÍTICA

Durante os últimos quarenta anos a participação portuguesa na vida política canadiana tem sido mínima. O português, como grupo, não tem conseguido exercer influência política. Nas palavras dum jornalista Luso-Canadiano de Toronto: 'A única política que os portugueses têm é a do trabalho'. Em geral, as comunidades portuguesas através do Canadá têm sido descritas como não sendo suficientemente coesivas e de não possuirem os conhecimentos políticos necesssários para se defenderem e promoverem os seus interesses e direitos da comunidade.

O português, como grupo, não tem conseguido exercer influência política.

À parte dum pequeno grupo de Luso-Canadianos aderindo à volta dos movimentos democráticos luso-canadianos em Montreal ('Movimento Democrático Português de Montreal - Portuguese Democratic Movement of Montreall 1964 -) e em Toronto ('Associação Democrática Portuguesa' - Portuguese Canadian Democratic Association 1957 -), que os seus principais objectivos eram de se opôr ao regime político de Salazar/Caetano em Portugal, assim como a "Associação Cultural 25 de Abril – Delegação da Associação 25 de Abril" (1994 -), que os

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

seus objectivos são a divulgação, junto das comunidades, do acontecimento histórico "25 de Abril de 1974", o luso-canadiano tem pouca motivação ou preparação para uma participação política. Até à data poucos luso-canadianos conseguiram exercer actividades políticas a qualquer nível governamental.

Só a meados da década de 80 é que o candidato a membro do Conselho Escolar Católico - António Letra - foi eleito em Toronto. Em 1988 Martinho Silva, foi eleito para o cargo de vereador pelo Bairro 4 da cidade de Toronto. Desde então Mário Silva em Toronto (foi re-eleito para a Assembleia Municipal da Megacidade, em 1997), António Sousa em Hull e Amaro Silva em Winnipeg foram eleitos, para as assembleias municipais. Em 1995, pela primeira vez um Luso-Canadiano, Carlos de Faria (Mississauga) foi eleito como Procurador da Província / Membro do Parlamento Provincial, e em 1997 Luis Miranda foi eleito presidente da câmara da cidade de Anjou (Província do Quebec). Também mais alguns luso-canadianos foram eleitos como delegados escolares.

Imigrantes portugueses da primeira geração têm demonstrado, o que os escritores portugueses chamam uma certa 'apatia' política, e até uma aversão. O regime salazarista, sob o qual a primeira geração viveu antes de imigrar, tem sido apontado como uma das razões porque os portugueses carecem de qualquer experiência e formação em respeito ao processo político. Isto fundamentalmente traduz-se numa baixa participação na vida política canadiana. Para a primeira geração portuguesa, até recentemente, política e envolvimento comunitário eram descurados. A desconfiança ou o medo da autoridade de qualquer pessoa do governo, ou para qualquer um em posição de poder, era comum entre os membros dessa geração.

Com respeito aos portugueses oriundos dos Açores, outros factores contribuiram para o seu comportamento em termos de participação política na vida comunitária. O isolacionismo adquirido pelos açorianos durante o regime ditactorial chegou a porporções extremas, agravadas pela isolação geográfica do arquipélago.

Apesar do importante número de portugueses que vivem no Canadá e o seu alto grau de concentração em certos bairros, particularmente nas maiores cidades canadianas, o número no recenseamento ainda é demasiado pequeno; explica-se assim a falta de voto, por não serem cidadãos canadianos, em suporte de candidatos luso-canadianos em áreas de concentração de portugueses. A participação política da primeira geração portuguesa é mínima. Ainda não existe representação portuguesa a nível federal e isto enfraquece a força portuguesa na ajuda federal às instituições ou clubes portugueses.

Ainda não existe representação portuguesa a nível federal e isto enfraquece a força portuguesa na ajuda federal às intituições ou clubes portugueses.

INTEGRAÇÃO E/OU ASSIMILAÇÃO?

A população portuguesa, nos recentes anos, através da mobilidade residencial tornou-se mais dispersa. Um dos resultados desta mobilidade foi a redistribuição da população dos centros da cidade para os subúrbios. O movimento da saída do 'núcleo central' reflete-se distintamente no recenseamento de 1976, 1981, e 1991. Se a tendência continuar para a dispersão, o próximo recenseamento pode demonstrar um enfraquecimento da sua concentração do 'núcleo central'. Neste contexto reside o dilema das comunidades portuguesas no Canadá: comunidades em transição, saindo lentamente da isolação a integração e/ou assimilação.

A maioria dos imigrantes portugueses vieram para o Canadá para ficar, e isto tem sido um forte incentivo para os portugueses se integrarem na sociedade canadiana. Com vários graus de lealdade ao seu património cultural, os imigrantes portugueses parecem integrar-se bem na sociedade canadiana.

A maioria dos imigrantes portugueses vieram para o Canadá para ficar

Contudo, a existência caracterizada pela elevada concentração residencial inibem a integração e ajustamento na nova sociedade. Estes "bairros étnicos" circunvizinhos, alimentam a isolação socio-cultural, a qual tem vindo a diminuir o processo da integração da primeira geração portuguesa. Deste modo e enquanto a ligação cultural dos valores tradicionais podem oferecer uma importante contribuição ao mosaico multicultural canadiano, pode vir a ser uma barreira à integração bloqueando a interacção com outros grupos étnicos. Existe já uma tendência entre os representantes comunitários de que os portugueses devem participar mais activamente na vida sócio-cultural e política das organizações não portuguesas. Actualmente, as comunidades de lés a lés do território canadiano demonstram que existe integração sem completa assimilação. As mudanças das áreas de concentrações portuguesas para os subúrbios é vista por membros das comunidades portuguesas como um indicador da integração dos portugueses na sociedade canadiana.

Existe um sentimento entre os membros da comunidade portuguesa de que a integração se faz gradualmente sem uma completa assimilação. É de notar num cabeçalho dum jornal canadiano 'Blending In: Portuguese Integrate so Well That Assimilation is a Problem'. Tal integração gradual à sociedade canadiana para o qual os portugueses introduzem os seus valores culturais, está a induzir alguns responsáveis portugueses a considerar a formação duma nova cultura – 'Portuguese-Canadian Culture' – onde elementos de ambas culturas se fundem numa só. Uma cultura distinta está a emergir à qual se combinam os valores tradicionais portugueses com a cultura canadiana. Esta é a realidade da vida dos Luso-Canadianos – uma constante adaptação e uma profunda mudança de cultura.

Observações sugerem de que o processo da identificação cultural é o conflito mais crucial que a juventude portuguesa actualmente enfrenta. Para muitos jovens portugueses sendo 'Canadianos' e/ou 'Portugueses' permanece um problema de identidade por resolver. Para outros serem Luso-Canadianos é poder reconciliar as duas distintas culturas. Para eles, serem Luso-Canadianos é uma sintese e não uma contradição.

(Continua na página seguinte)

APELO AO CORAÇÃO DA RAZÃO

Como despertar o interesse dos leitores e o seu desejo de perscrutar a essência dos fenómenos, com capacidade de os fazer pensar na eterna luta entre o Bem e o Mal, o Amor e o Ódio. São diversos os temas entre os Modernos valores Morais...

Ao pensar como o nosso Mundo se encontra num labirinto de contradições e problemas, as pessoas correm, desvairadas, incapazes de se livrarem dos absurdos preconceitos, suspeitas. Por vezes apetece-me gritar-lhes: "Chega de brigas, caramba, é tempo de serem normais". Sabe-se como Hitler quis transformar o Mundo numa caserna nazi. Mesantropia, intolerância nacional chauvinismo, violência: não parece isto um manicómio?

Assim, recorri ao grotesco para demonstrar como são ridículos os forcejos de algumas pessoas para se impor, qual "Novo Napoleão", aos seus pés. O mal é que, além de ridículos, eles são extremamente perigosos neste século. É um símbolo de desintegração da personalidade, um Mundo sinistro onde a mania da grandeza e os desmandos dos ditadores são uma norma, enquanto a percepção normal do Mundo é uma excepção. Um grotesco, em suma. E um aviso a alguns políticos contemporâneos que brincam com as palavras e o destino dos Povos,

Recorri ao grotesco para demonstrar como são ridículos os forcejos de algumas pessoas para se impor.

O Homem actual médio, o que tem de resolver problemas globais agudíssimos e lutar pelo pão de cada dia , de solucionar questões morais e éticas parece-se muito com o homem primitivo numa floresta virgem. A propaganda da inimizade, do ódio, da não aceitação dos outros Povos e das suas normas de vida, enche-nos de suspeita e inquietação.

Porque será que alguns generais tudo fazem para liquidar os seus semelhantes, embora, ao contrário do Minotauro dos mitos amigos, não devorem os cadáveres? Como foi possível que a violência se tenha tornado numa norma e modo de vida neste Mundo louco de ditadores e generais maníacos?

– Considera então que o homem contemporâneo é pior do que o primitivo?

– Claro que não. Só que, para mim, o homem e as suas acções são um verdadeiro enigma, uma fonte de paradoxos. A vida do homem contemporâneo está repleta de contrastes. Hoje coexistem os vôos Cósmicos e a fome em África. Há montes de armas e, ao tempo, faltam uns quantos centavos para os medicamentos que salvariam a vida de uma Criança,

FILIPE VIEGAS ALEIXO

Hoje coexistem os voos Cósmicos e a fome em África.

(Continuação da página anterior)

o processo da identificação cultural é o conflito mais crucial que a juventude portuguesa actualmente enfrenta.

A segunda geração está a alcançar maturidade. Os seus niveis de educação estão a aumentar e a sua assimilação na sociedade canadiana é evidente. Existem indicações de que enquanto a identidade étnica é uma fonte de riqueza para alguns. para outros é uma fonte de conflitos Desconhece-se se a segunda ou terceira geração portuguesa seguirão os mesmos caminhos que os seus pais e avós. Contudo, há tendência para a conservação dessa cultura, embora diferente, porque actual. No seu todo, poderá vir a ser problemático, a longo prazo, a sobrevivência dos organismos de expressão portuguesa. A comunidade portuguesa tende a assimilar-se na comunidade canadiana e o Governo Português, se bem que afirme serem bemvindos os imigrantes que queiram regressar a Portugal, encoraja a inserção dos Portugueses na comunidade Canadiana.

Gostaria de terminar esta minha apresentação afirmando que, apesar de tudo, estou optimista em relação ao futuro das nossas comunidades. Estou confiante de que as novas gerações de Luso-descendentes serão capazes de dar seguimento ao excelente trabalho de base que foi a "construção" nas últimas quatro décadas, por parte da primeira geração, de uma complexa e rica comunidade portuguesa.

Como professor universitário gostaria de compartilhar convosco algumas das minhas preocupações de modo especial, a falta notória de estudos científicos sobre os jovens Luso-Canadianos; mais estudos são necessários a fim de: *a*) avaliarmos o grau de inserção dos nossos jovens no meio sócio-cultural Canadiano que os rodeia; *b*) avaliar o relacionamento dos nossos jovens não só com a comunidade portuguesa local mas também com Portugal, com a língua e a cultura portuguesas. Estas são questões fundamentais que merecem ser estudadas, particularmente num momento em que é drástica a diminuição dos fluxos migratórios de Portugal para o Canadá. Compete agora à segunda e terceira gerações a questão vital da continuidade (ou não) da língua e da cultura ("comunidade") portuguesas por terras do Canadá.

José Carlos Teixeira
24 de Abril de 1998
Toronto, Canadá

CRÓNICAS DE MAL-DIZER

1 - Vasco da Gama: Desilusão e Mistério

No passado dia 20 de Maio completaram-se quinhentos anos sobre a chegada a Calecute da esquadra de Vasco da Gama. Sendo ele uma das raras figuras emblemáticas e universalistas da história portuguesa, lógico seria esperar que o acontecimento fosse comemorado.

Porém, surpreendentemente, tal não aconteceu. Apenas a Armada Portuguesa resolveu, e muito bem, celebrar nessa data o Dia da Marinha. Todo o resto primou pela ausência, pelo mais absoluto desinteresse e pela mais atávica apatia.

A importância histórica, política e científica da viagem de Gama seja muitíssimo superior à da navegação colombiana.

Este facto chocou-me profundamente e levou-me a questionar a razão de ser da Comissão dos Descobrimentos. Afinal para que serve ela? Em relação a Vasco da Gama parece ter limitado a sua actividade à publicação do número 33 (Janeiro/Março de 1998) da revista "Oceanos". Ele contem um excelente estudo sobre diversas facetas da histórica viagem o que, todavia, é manifestamente insuficiente para justificar a existência da Comissão.

Recorde-se que o único seminário internacional histórico-científico sobre a viagem de Vasco da Gama e suas consequências foi organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian e teve lugar em Paris, sem qualquer intervenção estatal.

Mas se (fora uma tardia e monótona sessão solene na Assembleia da República) a indiferença dominou os diversos órgãos de soberania a quem competia uma intervenção activa e marcante, também a generalidade das entidades não oficiais (salvo a já referida excepção da Gulbenkian e ainda o "Diário de Notícias") se manteve alheada.

Em qualquer parte do mundo o estrangeiro de, pelo menos, cultura média continuou a ignorar totalmente a figura de Vasco da Gama, em flagrante contraste com o ocorrido em 1992 com o quinto centenário da viagem de Colombo. O seu nome e os seus feitos foram permanentemente propalados pelos nossos vizinhos espanhóis, muito embora a importância histórica, política e científica da viagem de Gama seja muitíssimo superior à da navegação colombiana, que mais não foi do que um lapso colossal. E nem mesmo tem fundamento a ideia de que Colombo iniciou a navegação de alto mar pois a descoberta dos Açores e as chamadas "volta da Guiné" e "volta da Mina", anteriores à chegada às Antilhas, são suficientes para demonstrar que a verdadeira navegação de alto mar no Atlântico foi iniciada pelos portugueses.

Mas, apesar disso, toda a gente ouviu falar de Cristóvão Colombo, tendo sobre ele sido feitos dois filmes e uma ópera amplamente divulgados.

No caso de Vasco da Gama a ignorância mantém-se, confrangedora. Puderam os estrangeiros que visitaram a Expo'98 ver a "Torre Vasco da Gama" e a "Ponte Vasco da Gama" mas continuarão a não saber quem ele foi, sendo até de admitir que julguem tratar-se de algum futebolista afamado. Nem sequer qualquer navio quinhentista figura na Expo'98 como exemplo do que teriam sido uma caravela ou uma nau, enquanto em Sevilha foi possível admirar uma réplica (em tamanho real) da nave de Fernão de Magalhães.

Vasco da Gama, tal como Colombo, continua a ser, ainda hoje, uma figura algo misteriosa.

Tudo isto é lamentável, como lamentável é constatar que a Expo'98 não serviu de veículo esclarecedor, muito embora tenha sido confiada a Portugal com o pretexto de comemorar os descobrimentos portugueses e a chegada de Vasco da Gama à Índia. Porém essa oportunidade única não foi aproveitada. As referências à viagem e à sua importância são quase nulas e imperceptíveis.

No Pavilhão do Conhecimento dos Mares as campanhas do "Challenger" e os estudos submarinos de Humboldt merecem mais destaque do que Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, fugitivamente referidos num pseudo mapa tão inclinado que não é possível visualizá-lo totalmente. Nada mais foi considerado, como se os navegadores portugueses não tivessem dado um importantíssimo contributo para o conhecimento dos mares.

No Pavilhão de Espanha aparece a figura de Vasco da Gama enquadrada numa galeria de navegadores e descobridores espanhóis. É a única referência explícita e clara à sua pessoa e muito gratos devemos estar pois no Pavilhão de Portugal a presença de Vasco da Gama é difusa, amorfa e inconsequente.

Na generalidade dos restantes pavilhões as referências ao mar em nada focam a importância dos navegadores lusitanos. No do Japão evocam-se a chegada dos portugueses e a sua influência na vida e cultura nipónicas e no do Chile é apresentada a miniatura de uma caravela como sendo a nau em que Fernão de Magalhães efectuou a viagem de circum-navegação, esquecendo que a caravela e a nau não são o mesmo tipo de navio e que a caravela, pelas suas características, foi praticamente abandonada para grandes viagens após a ultrapassagem do Cabo Bojador.

Aliás considero a Expo'98 profundamente decepcionante. A massificação e a uniformidade exterior dos pavilhões dos diversos países eliminaram completamente a capacidade criativa arquitectural, conduzindo a uma chocante monotonia. Isentos desssa sujeição, os pavilhões temáticos pouco ou nada trazem de arquitectonicamente notável, salvo duas ou três excepções de facto marcantes (Portugal, Utopia e Macau).

Do ponto de vista de conteúdo praticamente nada se apresenta de inovador sobre o tema "Oceanos" e as representações da quase totalidade dos países são

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

de uma probreza extrema e revelam absoluto desinteresse ou total incapacidade imaginativa.

Vasco da Gama, tal como Colombo, continua a ser, ainda hoje, uma figura algo misteriosa. Em Génova, a uns cem metros da Piazza De Ferrari, pode ver-se a casa de Cristóvão Colombo embora haja diversas versões sobre o local do seu nascimento, a mais recente das quais é o monte alentejano de Colombais. Geralmente aceite como sendo Sines, também a naturalidade de Gama oferece dúvidas bem como o ano do seu nascimento, talvez em 1469.

Foi este homem, com todos os seus defeitos e todas as suas virtudes, que Portugal esqueceu injuriosamente.

Cavaleiro da Ordem de Santiago e Comendador de Mouguelas e de Chouparia, pouco se sabe dos anos anteriores à sua escolha por D. Manuel I, ignorando-se também as razões que ditaram a decisão real. O certo é que a sua experiência náutica se limitaria à travessia do Tejo para atingir a corte em Lisboa e que, como diz Damião de Goís, era "homem solteiro e de idade para sofrer os trabalhos de uma tal viagem".

Seria, todavia, alguém com a firmeza e a capacidade de decisão indispensáveis, tendo a sua total ignorância naval sido compensada pela presença do grande piloto Pero de Alenquer, o verdadeiro responsável pela navegação das três naus ("S. Gabriel", "S. Rafael" e "Bérrio") e da barca de mantimentos.

Sobre a viagem existe um documento importantíssimo, o "Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama", cuja autoria é atribuída a Álvaro Velho embora de tal não haja a certeza absoluta. Trata-se, quase exclusivamente, de um mero registo de factos pois só anos depois os relatos se tornaram mais complexos e com descrições de terras, o que sucedeu quando se tomou consciência de que o mundo já não era o mesmo e de que se tornava necessário encontrar novas formas de o representar.

Embora na última década do século XV a artilharia naval portuguesa fosse considerada uma das melhores do mundo, a esquadra de Vasco da Gama estava muito mal artilhada. No Museu da Marinha existe uma miniatura da nau "S. Gabriel" (de que, felizmente, possuo cópia fidedigna) e nela figuram apenas quatro bocas de fogo, o que deixa em suspenso a misteriosa razão de tão fraco apetrechamento.

Segundo João de Barros, a esquadra apenas levou bombardas, berços, espingardas e berços-espingardas ou, conforme Álvaro Velho, apenas bombardas. Todavia a relação do pessoal embarcado não refere a existência de quaisquer bombardeiros (geralmente estrangeiros), o que põe a mais séria reserva à existência de artilharia.

Portanto parece estar correcta a reconstituição da nau "S. Gabriel", segundo creio feita com base nos estudos do Comandante Lopes de Mendonça, autor dos versos de "A Portuguesa" . Mas qual a razão da escassez artilheira?

Outro mistério relacionado com a primeira viagem de Vasco da Gama diz respeito à rota seguida. Com base nos estudos efectuados, o Almirante Gago Coutinho definiu a trajectória da esquadra. Por ela se verifica que, após uma primeira fase junto a África, a rota se desvia surpreendentemente para oeste, quase a roçar a costa brasileira. Porquê? Álvaro Velho é omisso relativamente a este assunto.

Notável influência que a viagem teve no futuro aperfeiçoamento científico da navegação de alto mar, na arquitectura e na engenharia militares traduzidas na construção de múltiplas fortalezas nas costas do Índico e na criação e aperfeiçoamento da artilharia de guarnição.

Confesso que não me convence que tal se deva ao facto de Bartolomeu Dias haver anteriormente referido que, na zona africana do sul, os ventos contrários dificultavam grandemente a navega-ção. Por certo os conhecimentos de Pero de Alenquer seriam mais do que suficientes para ultrapassar as possíveis dificuldades.

Considero que esse grande arco foi deliberadamente percorrido, talvez num prévio reconhecimento confirmativo da existência do Brasil que Pedro Álvares Cabral descobriria "oficialmente" em 1500. Se não foi isto, parece não haver grande justificação para tão largo percurso.

Regressado da viagem, Vasco da Gama recebe vários beneficios de D. Manuel I, o mais importante dos quais é a concessão do título de Almirante do Mar da Índia, numa evidente semelhança com o que anos antes ocorrera com Cristóvão Colombo. Torna-se, assim, figura proeminente e conselheiro indispensável em todos os assuntos relativos à Índia.

Em Fevereiro de 1502, com o comando de dez embarcações, Vasco da Gama parte novamente para a Índia, onde chega no Outono. Mas aí defronta graves problemas com o Samorim de Calecute, que já em 1498 se mostrara pouco amistoso. E é então que, de forma violenta e brutal, afirma o seu poder militar. Deixando no Índico uma esquadra permanente, regressa a Lisboa onde chega no final do Verão de 1503.

D. João III, que em 1521 sucedera a D. Manuel I, nomeia Vasco da Gama para Vice-Rei da Índia, dando-se a partida em Fevereiro de 1524 e a chegada a Chaúl em Setembro.

Decidido a impôr séria correcção no rumo da situação no Oriente e a reformar e a reorganizar tudo, o Vice-Rei desenvolveu uma acção de grande firmeza mas de extraordinária violência.

Acabou, porém, por morrer em Cochim na noite de 24 para 25 de Dezembro de 1524, tendo sido enterrado no Mosteiro de S. Francisco e, mais tarde, trazida a sua ossada para o cemitério de Vidigueira, de que fora Conde.

Pois foi este homem, com todos os seus defeitos e todas as suas virtudes, que Portugal esqueceu injuriosamente, desprezando não só a importância política, económica e comercial da

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

descoberta do caminho marítimo para a Índia mas também a notável influência que a viagem teve no futuro aperfeiçoamento científico da navegação de alto mar, na arquitectura e na engenharia militares traduzidas na construção de múltiplas fortalezas nas costas do Índico e na criação e aperfeiçoamento da artilharia de guarnição para apetrechamento das referidas fortalezas.

O que delas ainda resta e o magnífico "Livro das Fortalezas", que Duarte de Armas elaborou por desígnio de D. Manuel I, constituem marcos importantíssimos da história militar portuguesa.

Por tudo isto considero inaceitável e indesculpável o esquecimento a que, deliberadamente, as entidades oficiais votaram a figura de Vasco da Gama. Como é que os mui dignos políticos pretendem justificar a sua tremendíssima lacuna?

Desculpem! Esqueci-me de que os políticos não têm obrigação de justificar coisa nenhuma.

2 - O "País-Anedota"

Se Portugal fosse assumidamente um país produtor de bananas não hesitaria em chamar-lhe "República das Bananas", com toda a carga depreciativa que a expressão envolve. Porém como isso não sucede houve que procurar uma designação que traduzisse as circunstâncias reais, tendo a minha escolha acabado por recair em "País-Anedota".

Introduzida na Constituição esta forma de consulta popular, parece que os políticos ficaram sem saber bem o que lhe fazer e resolveram brincar aos referendos para ver o que isso dava.

De facto o que se passa neste "jardim à beira-mar plantado" é perfeitamente anedótico, não no sentido jocoso e humorístico do termo mas com o significado de ridículo e inconcebível.

Recorrendo a uma conhecida expressão popular podemos afirmar que os políticos (e não só...) "andam a brincar com o pagode" pois as posições assumidas e os conceitos expressos são completamente hiperbólicos e disparatados, pondo em causa os mais elementares princípios da democracia e da ética política que o 25 de Abril pretendeu estabelecer.

Assistimos, há meses, à inauguração da ponte "Vasco da Gama", padrão emblemático do cavaquismo-guterrismo. E uma pergunta me surgiu logo no pensamento: Como é possível que um empreendimento pago pelos nossos impostos seja utilizado na propaganda de um detergente? Por este andar teremos, qualquer dia, as sessões da Assembleia da República patrocinadas por um shampoo 2 em 1 ou por uma daquelas pequenas que, a partir de determinada hora, a SIC nos impinge caudalosamente para "conversações ao vivo sobre assuntos mundanos".

Mas isto não é tudo. Reconhecendo que se trata de uma notável obra de engenharia e procurando esquecer a controvérsia ambiental que ainda rodeia a ponte, cabe perguntar que estudo económico foi feito. É que, apresentada como elemento essencial para o desenvolvimento do sul do país e como factor fundamental do plano rodoviário nacional, verificou-se, alguns meses depois, que a nova ponte absorvera apenas 4,3% do tráfego da ponte "25 de Abril".

Portanto parece que, do ponto de vista funcional e económico, a ponte "Vasco da Gama" não tem justificação minimamente credível. E é surpreendente que o problema não tenha sido levantado e esclarecido por forma a permitir verificar se as dezenas de milhões de contos que foram gastas não seriam melhor utilizadas noutras finalidades. Parece, porém, que o assunto não interessa aos políticos. De facto, mais milhão menos milhão não tem qualquer importân-cia...

Recordam-se, certamente, de o Governo haver demitido o Eng.º Cardoso e Cunha das funções de Comissário Geral da Expo'98, alegando incapacidade e incompetência para o cargo. Querem melhor anedota do que o mesmo Governo o haver proposto para ser condecorado no dia 10 de Junho? É ou não uma brincadeira pegada?

Ouvimos, há tempos, o Primeiro-Ministro defender, pública e internacionalmente, a concessão de apoio económico à Indonésia alegando que a população não pode nem deve ser castigada por causa dos erros dos seus governantes. Só que esta cristianíssima e piedosa posição está em flagrante contraste com o apoio incondicional dispensada não só ao bloqueio que, há mais de trinta anos, os Estados Unidos exercem sobre Cuba mas também ao embargo que os mesmos Estados Unidos, através do Conselho de Segurança, impuseram ao Iraque, embargo esse que já provocou um milhão e meio de mortos, metade dos quais eram crianças.

Estamos, assim, perante uma pérfida hipocrisia reveladora do mais sórdido e abjecto humor negro, incompatível com a dignidade exigível a quem governa.

De há uns meses para cá temos vivido em pleno período de referendos. Introduzida na Constituição esta forma de consulta popular, parece que os políticos ficaram sem saber bem o que lhe fazer e resolveram brincar aos referendos para ver o que isso dava.

E a brincadeira foi ao ponto de ser feita tábua rasa das recomendações constantes da Resolução 1121 adoptada em 22 de Abril de 1997 na 11.ª Secção da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a que Portugal pertence.

Essas recomendações alertam para "as utilizações abusivas do referendo" (cuja promoção a referida Organização aconselha "para se combater a abstenção e o afastamento dos cidadãos do processo de decisão democrática"), incitam os Estados membros a assegurar "um equilíbrio entre a responsabilidade do poder político e o papel dos cidadãos no processo de decisão", a evitarem não só "a erosão da confiança face ao sistema representativo" e "o recurso aventureiro a consultas frequentes" mas também os "referendos em simultâneo ou no mesmo dia".

Ora os nossos referendos ultrapassam largamente todas estas recomendações.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

De facto referendar assuntos sobre os quais a Assembleia da República já legislou é não só subverter por completo a lógica política mas também pôr em causa a competência e a legitimidade parlamentares. Será que os senhores políticos não se aperceberam disto?

E só um enorme descaramento pode justificar que, mais de uma dúzia de anos após a nossa adesão à Comunidade Europeia, se tenha pretendido apresentar a questão à opinião pública e, ainda por cima, através de uma pergunta capciosa e avalizadora de um tratado internacional que, segundo a nossa Constituição, não podem nunca serem referendados. Além de que o Tratado de Amsterdão é completamente desconhe-cido da quase totalidade dos votantes.

Sendo a regionalização um princípio contido na Constituição, não é possível nem legal referendá-la como instituição.

Por isso bem andou o Presidente da República quando, além de solicitar ao Tribunal Constitucional a obrigatória apreciação das perguntas dos referendos, apresentou de forma clara as suas dúvidas e reservas quanto à legitimidade do referendo europeu. E não surpreendeu que o Tribunal o considerasse inconstitucional. Só os ilustres crâneos políticos não tinham visto isso.

O arraial tem sido permanente. No referendo sobre o aborto vimos os defensores do sim e do não revelarem absoluta incapacidade de analisar o problema de forma crítica e imparcial. De modo simplista, a questão foi transfigurada em ser-se ou não a favor do aborto e não o ser-se ou não a favor da inimputablidade da mulher em situação de desespero e incapaz de avaliar a licitude ou a ilicitude da prática do acto.

As razões invocadas não esclareceram nem convenceram ninguém sendo, porém, significativa a hipocrisia da Igreja Católica que defendeu intransigentemente a inviolabilidade da vida humana mas mantém, no seu Catecismo oficial revisto em 1992, a aceitação da guerra justa (o que será isto?) e da pena de morte.

Depois procurou-se justificar a abstenção com o Campeonato do Mundo de Futebol e com a atracção da praia bem como contabilizar abusivamente essa ausência a favor do não ou do sim. Ora a realidade é que o elevadíssimo nível de abstenção traduziu o absoluto descrédito em que os políticos caíram na opinião do povo, que cada vez mais se desinteressa de "res publica". E isto é extremamente significativo e perigoso.

Perante estes antecedentes talvez não seja ousado prever também uma ampla abstenção no referendo sobre a regionalização, o que comprovará o alheamento geral e a crescente falta de credibilidade dos políticos.

O Tribunal Constitucional já esclareceu perfeitamemte que o referendo não incidirá sobre a regionalização em abstracto mas unicamente sobre a divisão regionalista já aprovada pela Assembleia da República. De facto, sendo a regionalização um princípio contido na Constituição, não é possível nem legal referendá-la como instituição.

Mas apesar disso, e com a mais absoluta descontracção, o Primeiro-Ministro defende uma posição diferente segundo a qual o referendo nada tem a ver com a legislação votada no Parlamento mas sim com o conceito de regionalização. Surpreendente e sem qualquer fundamento legal é o menos que se pode dizer desta atitude, suficientemente elucidativa das actuais tendências pseudo-voluntaristas da nossa política.

E o cúmulo da brincadeira e da irresponsabilidade ocorre quando o mesmo Primeiro-Ministro afirma publicamente que a aprovação das regiões facilitará muitíssimo a obtenção de fundos comunitários, o que foi frontalmente desmentido pelo Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, numa entrevista concedida meia dúzia de dias mais tarde.

Em qualquer país credível esta mentira pública seria suficiente para provocar a queda do Governo. Mas em Portugal tudo "continua numa boa" e a pseudo oposição mantém-se inexistente e ineficaz, com uma trágica e confrangedora incapacidade de assumir o seu papel.

A lista das situações ridiculamente anedóticas é infinita. Tudo pode acontecer, desde o "deixa arder que é mato" defendido por um ilustríssimo Secretário de Estado até ao conflito com os pilotos das barras a evoluir da proibição absoluta da sua intervenção (então não são necessários?..) para a cedência à grande maioria das suas reivindicações.

Isto para não falar já na incapacidade (ou recusa...) de fazer cumprir a lei e uma legítima decisão judicial a propósito dos touros de morte em Barrancos ou na surpreendente decisão do Ministro da Educação e do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao darem cobertura institucional e financeira aos "monstros negros" das torres do IST que haviam levado o Ministro da Cultura muito justamente, a desclassificar o conjunto arquitectónico deste estabelecimento de ensino.

E não se pode esquecer o notabilíssimo exemplo de honorabilidade e de isenção que vem sendo dado, nomeadamente com o escândalo da Partest, o escândalo da Expo'98 e da Parque Expo, o escândalo dos seguros de colheitas e o escândalo do eixo ferroviário norte-sul. Estamos, de facto, entregues emboas mãos.

No meio de toda esta autêntica bandalheira política eleva-se e impõe-se a figura do Presidente da República que, embora cometendo alguns erros, constitui um exemplo de isenção, de ética política e de sentido de Estado que todos deveriam seguir. Por isso, meu caro amigo Jorge Sampaio, peço encarecidamente que não me desiluda.

Quanto aos restantes políticos, apenas posso repetir o que afirmei há três ou quatro anos: "Tenho muita saudade dos tempos de Salazar. Nessa altura, pelo menos, eu acreditava firmemente que a ditadura havia de acabar e, dentro das minhas limitações, procurava contribuir para que isso sucedesse. Agora, infelizmente, não acredito em coisa nenhuma" .

Nuno Fisher Lopes Pires

RECORDANDO

Para verem como lhes estou reconhecido, vou contar-lhes o que se passou no Hotel Império do Porto quando lá estive a passar 15 dias de férias pelo TURISMO SÉNIOR do INATEL, no dia 28/02/96. No programa estava destinada uma tarde para os utentes das férias descreverem na hora combinada a melhor história da vida de cada um dos concorrentes que se inscreveram para este momento de distracção.

Assim, *li pelo microfone* o que a seguir escrevo.

Caros companheiros destas mini férias muito agradáveis.

Certamente qualquer de nós já pensou que se escrevesse parte da história da sua vida, escreveria um livro que suplantava sem dúvida as histórias com que somos "bombardeados" diariamente com as telenovelas brasileiras.

Eu, como os senhores, muito teríamos que escrever. No entanto, tenho que resumir e apresentar aquela linda fase da minha vida que julgo ser a melhor de todas.

Retrocedendo no entanto, um pouco, digo-vos que nasci na Beira Baixa, numa vila que hoje é cidade, onde vivi e estudei, pois vivia muito razoavelmente, mas pelo muito que lia, pelo conhecimento de diversos assuntos que me foram contados pela minha mãe e pelo meu pai, cedo verifiquei que embora estando vivo, que eu e as pessoas que conhecia, não eramos totalmente felizes. Respiravamos, comíamos, estudavamos, mas sempre tristes.

Vim para Lisboa continuar os meus estudos e cada vez mais via um povo triste.

Certo dia estava nas Caldas da Rainha (mais à frente direi a data certa), onde estive durante 3 dias por motivo de trabalho. No último dia destes 3, tinha à noite deixado o meu carro estacionado num pequeno largo. Como na manhã do dia seguinte tinha que tirar o carro e colocá-lo noutro local, levantei-me cedo, e, quando cheguei perto do carro por volta das 7 horas da manhã, vi um homem na rua, vestido com um roupão por cima de um pijama e com uma pequena telefonia perto de um ouvido. Quando eu me dirigia para o carro o dito senhor, disse-me. O senhor vai para Lisboa? Olhe, não vá hoje, porque rebentou uma revolução e as tropas estão a passar por aqui a caminho de Lisboa.

O dia 25 de Abril de 1974, foi o dia mais feliz da minha vida.

Eu, nem queria acreditar, tirei o carro, fui ver passar os militares a caminho de Lisboa e como se tivesse aberto uma enorme luz de alegria e esperança no meu cérebro, corri para o telefone a saber o que se passava e, fiquei sabendo da *Victoriosa Revolução dos Cravos*. Descobri então que mesmo nas Caldas da Rainha, o povo era outro, alegre, falador, feliz e com alegria no olhar.

Descobri então que mesmo nas Caldas da Rainha, o povo era outro, alegre, falador, feliz e com alegria no olhar.

No dia seguinte, 26 de Abril, depois de na véspera ter terminado o meu trabalho nas Caldas, corri para Lisboa e louco de alegria e sufocado de emoção, juntei-me ao povo que pela 1.ª vez, vi começar a ser feliz, graças aos Capitães de Abril e ao *Mar de Povo* que ajudou a vencer a tirania e a opressão que durante 48 anos subjugou um povo inteiro, o rapaz que muitos anos antes tinha nascido na Beira Baixa, SONHOU, QUE TINHA NASCIDO NO DIA 25 DE ABRIL DE 1974, tal a diferença que perante os seus olhos nascia.

Senhoras e senhores, digo-lhes do coração que o dia 25 de Abril de 1974, foi o dia mais feliz da minha vida, pois pela primeira vez durante 48 anos o povo mártir, podia ter liberdade e alegria de viver.

Se não fosse o 25 de Abril, certamente ainda hoje não poderiamos estar aqui a falar livremente, mas mesmo assim, o povo tem que estar atento, pois eles, os seguidores do antigamente só se não puderem é que não tentarão voltar a implantar a *Tirania*.

As minhas desculpas, mas podem ter a certeza de que foi o DIA mais feliz da minha vida.

As maiores felicidades para todos com óptima saúde.

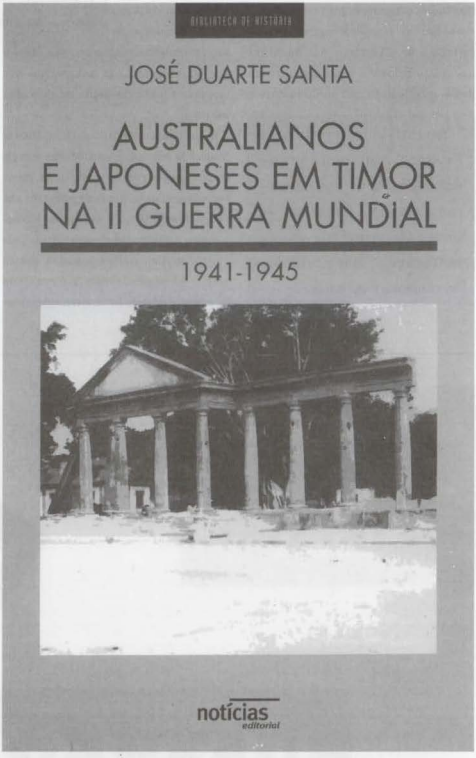
Manuel Hermenegildo Taborda Pereira

AUSTRALIANOS E JAPONESES EM TIMOR NA II GUERRA MUNDIAL - 1941-1945

Disse alguém, há cerca de 25 anos, que o 25 de Abril permitiria tirar da gaveta muitas obras que a Censura não deixaria passar. Aguardou-se. E como as obras não saíam, outro alguém disse, com venenosa ironia, que as gavetas estavam perras. Parece-me claro que havia, no primeiro caso, ingenuidade, e no segundo, má fé. isto porque, no tocante à ficção, se tornara desnecessário recorrer a subtilezas para iludir a Censura, e desde logo se impunha uma mudança de temas e estilos; quanto aos trabalhos de pesquisa e ensaios, loga seria a espera à abertura dos arquivos (e mesmo assim, com acidentes de percurso de que o recente folhetim dos "ballets roses" é um bom exemplo); as mais das publicações que surgiram em catadupa eram meras compilações de textos e documentos destinados a satisfazer uma enorme procura; se furo comercial ou boas intenções, não cabe aqui analizá-lo

O autor faz uma narrativa minuciosa dos factos que presenciou entre 1914 e 1945, com o espírito e a forma do funcionário público modelo.

O livro autobiográfico de José Duarte Santa tem cabimento nos trabalhos de fôlego que ultimamente têm vindo a público, muitas vezes fruto de teses de mestrado ou de doutoramento. Não assim esta obra: o autor faz uma narrativa minuciosa dos factos que presenciou entre 1914 e 1945, com o espírito e a forma do funcionário público modelo. E vai ao ponto de não fazer qulaquer extrapolação (que seria legítima) quanto aos motivos que o levaram, com mais três companheiros, para o cativeiro na ilha de Alor, de onde dois não voltariam.



Não procure o leitor histórias épicas de combates e resistências; apenas encontrará a descrição de uma longa e dolorosa luta pela sobrevivência de um punhado de portugueses abandonados à sua sorte pelo distante poder central, para quem a simples existência desta gente era a acusação formal da sua incúria.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

E porquê? O Timor de 1941 estaria muito bem definido pela expressão queirosiana de "velha salva do Império, enferrujando a um canto". Tinha a fatalidade de ser um trampolim obrigatório para um ataque à Áustrália, e de dominar a margem norte do estreito de Torres. As invasões australiano/holandesa e japonesa derivam dessa maldição (a que se junta hoje o petróleo). O que passou em Timor poderia ter-se dado nos Açores, na Madeira ou em Cabo Verde; simplesmente não foi considerado necessário por nenhum dos beligerantes... E, pelo menos nos Açores, foram tomados os cuidados mínimos.

Narrativa de José Duarte Santa ... centra-se à volta de uma minoria de portugueses radicados em Timor, numa sociedade crioula, a que se juntavam uns tantos funcionários e militares.

É curiosa a narrativa de José Duarte Santa. Ela centra-se à volta de uma minoria de portugueses radicados em Timor, numa sociedade crioula, a que se juntavam uns tantos funcionários e militares. Micro-cosmos de gente simples, esmagada pelo choque de imperialismos que se abateu sobre o seu pequeno mundo. E é este o tom da primeira parte do livro: viver, sobreviver.

Pondo em paralelo as situações de 1941 e de 1974/75 em Timor, ressalta nos dois casos a ingerência externa.

A segunda parte é a narrativa do cativeiro na ilha de Alor, em condições mais próximas das sofridas pelos prisioneiros ingleses, holandeses e outros, e que ainda hoje traumáticas para quem as sofreu.

Pondo em paralelo as situações de 1941 e de 1974/75 em Timor, ressalta nos dois casos a ingerência externa, ditada pela guerra no primeiro, e, no segundo, pela incapacidade da Indonésia em tolerar um foco de instabilidade, com a "ameaça" de evloluir para uma democracia. Nos dois casos, a mesma vítima: o povo maubere.

Nuno Santa Clara
Julho 98

COLABORE COM A A25A

PAGUE AS QUOTAS

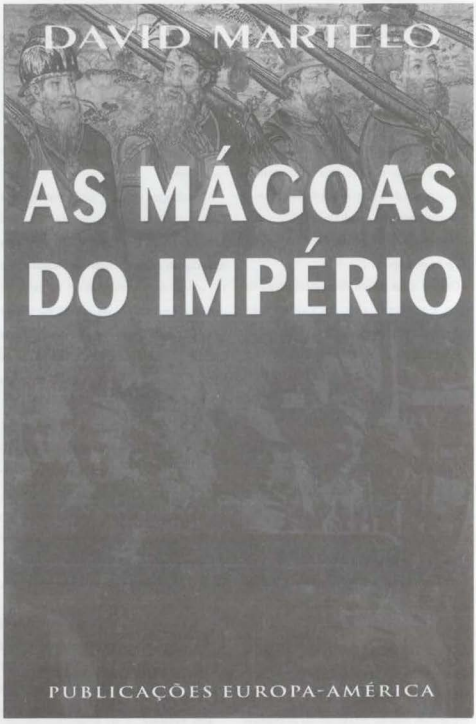
DIVULGUE O BOLETIM

AS MÁGOAS DO IMPÉRIO

De David Martelo

Depois de "O Exército Português na Fronteira do Futuro" o nosso associado David Martelo acaba de publicar "As Mágoas do Império".

A seguir incluiremos o texto de apresentação do livro, de Manuel José Homem de Melo, e dois comentários reflexivos de Vasco Lorenço e Nuno Santa Clara Gomes, que evidenciam o interesse que a obra despertou.



BREVE COMENTÁRIO

Apresentação de Manuel José Homem de Melo

Quando o coronel David Martelo teve a bondade de me convidar para proferir, nesta cerimónia de lançamento, algumas palavras sobre "As (suas) Mágoas do Império", confesso que, para além da surpresa, senti vontade de pedir escusa.

Foi, porém, hesitação de pouca dura.

Conclui, rapidamente, que não só seria deselegante recusar o convite, tão gentilmente formulado, como acabaria por desperdiçar o ensejo de, uma vez mais quem sabe se pela última. A abordar o tema, ainda e sempre candente, da descolonização. Porventura o mais significativo, o mais decisivo mas também o mais dramático do historial hodierno português.

Seja-me, então, consentido que, em breves minutos. Vos dé conta dos acontecimentos que me conduziram até este lugar.

Aí por volta de meados de Maio recebi, em minha casa, ao cair da noite, um telefonema de um dos meus mais próximos e queridos amigos – o Dr. Joaquim Manso Mendonça, aqui presente – no intuito de me perguntar se acaso já lera ou já conhecia um livro, recém publicado, da autoria do coronel David Martelo, intitulado "As Mágoas do Império", editado pelas publicações Europa-América.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Nunca ouvira falar – respondi.

- Pois é pena, adiantou o Joaquim – um amigo ao qual aliás me ligam laços de fraternal estima. Uma estima que, ao contrário de tantas outras, evidenciou ser sempre capaz de resistir ás divergências de opinião que, ao longo da vida não raro entre nós se foram suscitando.

- Não deixe de o ler concluiu o Joaquim. Tenho a certeza de que vai gostar. Trata-se de um trabalho notável, cuja leitura, ainda por cima, lhe dará grande satisfação pessoal.

Duplo motivo de curiosidade.

Não tardei a adquirir – e a ler – "As Mágoas do Império".

Que se trata de um depoimento fora de série, que aborda a temática ultramarina com inusitada elevação e aprofundados conhecimentos – a tal ponto que me fez recordar a apreciação de Jacques Delors quando apareceu a biografia de Charles de Gaulle, da autoria de Jean La Couture: "Mil Livros sobre o general; eis, finalmente, o primeiro!" – que se trata de um depoimento fora de série, dizia, não me foi difícil confirmar.

Que se trata de um depoimento fora de série não me foi difícil confirmar.

Qual não terá sido, porém, a minha surpresa – e a minha satisfação – ao encontrar elogiosas referências a mim próprio, culminando com diversas e significativas transcrições do livro "Portugal, o Ultramar e o Futuro", prefaciado pelo ex-presidente da República, marechal Craveiro Lopes, e que dei à estampa em 1962.

Segundo o autor de "As Mágoas do Império" o meu livro merecia ocupar um lugar semelhante – passo a citar - "ao do portugal e o Futuro" de António de Spínola, publicado 10 anos depois. O meu principal defeito – opina David Martelo – terá sido o de "ter razão antes de tempo". "Defeito" que muito me desvanece, conforme bem se compreenderá.

O menos que me cumpria haveria de ser testemunhar ao coronel David Martelo o devido reconhecimento.

O convite para estar hoje aqui, na ingrata mas gratificante qualidade de apresentador, resultou, assim, do contexto que acabo de vos referir.

E ainda que o autor, ao formular-me o convite tenha adiantado que não desejava nem esperava um panegírico, mas uma **apreciação crítica**, livremente assumida e tão objectiva quanto possível , é evidente que seria estultícia da minha parte não reconhecer que, atentas as circunstâncias anteriormente descritas, "a liberdade de apreciação", almejada pelo Autor encontrava-se, desde logo, (e encontra-se), inequívoca e irremediavelmente cerceada e comprometida. Direi mais: duplamente cerceada e comprometida. Em primeiro lugar, porque não seria de bom tom criticar quem tanto me elogia; e, depois, porque estou praticamente de acordo com a linha de pensamento expressa pelo autor. Pelo menos até à eclosão do 25 de Abril de 1974...

Em resumo, e de mãos dadas com David Martelo, acrescentarei e aduzirei o seguinte:

A inevitabilidade da descolonização – que apenas a cegueira e o oportunismo políticos poderiam ignorar – deveria ter-nos conduzido à formulação e adopção de uma **política colonial** – ou, se se quiser, ultramarina, para adoptar a terminologia então vigente – diametralmente oposta àquela que o país seguiu sob a égide e a batuta de Oliveira Salazar.

A inevitabilidade da descolonização ... deveria ter-nos conduzido à formulação e adopção de uma *política colonial* ... diametralmente oposta àquela que o país seguiu sob a égide e a batuta de Oliveira Salazar.

Ao invés da integração que se pretendeu ou que se quis ensaiar vg. através de *slogans* mais ou menos falaciosos, desfasados da realidade, como era, por exemplo, o que proclamava que "Angola e Moçambique não passavam de **Províncias** idênticas ao Algarve, Minho e Trás-os-Montes", ao invés da integração que se pretendeu ensaiar, dizia, deveríamos ter assumido, corajosa e frontalmente, uma linha de rumo susceptível de conduzir à gestação e formação de Novos ***Brasis***. Para que a **separação**, quando chegasse, viesse a resultar de acto voluntário, da iniciativa e da aquiescência de Portugal. A exemplo do exemplo que sabiamente demos, em 1822, quando o próprio herdeiro da coroa portuguesa protagonizou a alvorada do gigantesco Brasil.

Ao adoptar – e seguir – uma política baseada na intransigência, na mistificação e na força das armas, acabariamos, sem sombra de dúvida, por partir escorraçados, indesejados, sem glória nem proveito.

Foi, como se sabe, o que desgraçadamente sucedeu.

Ora foi, precisamente, a partir daqui – mas só a partir daqui – já nas derradeiras páginas d' "As Mágoas do Império" que vislumbrei e detectei algum desacordo suscitado pelo trabalho de David Martelo.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Mesmo levando em conta o melindre e a instabilidade da situação originada pela euforia revolucionária do 25 de Abril – cuja génese, será bom não esquecer, foi a problemática criada pela **guerra colonial** – a descolonização deveria ter-se processado em moldes bem distintos daqueles em que ocorreu.

A descolonização deveria ter-se processado em moldes bem distintos daqueles em que ocorreu.

O dever de defesa e salvaguarda dos portugueses que viviam e labutavam no Ultramar não se extinguia com a derrocada do Estado Novo. Era mister que se tivesse mantido e reafirmado na vigência do sistema democrático que lhe sucedeu. Sem que, todavia, fosse posto em causa o inalienável direito à auto-determinação dos territórios de além mar. Não teria sido fácil. Mas não seria impossível.

Tudo isto significa que **se** Portugal, por um lado, ficou a dever a Oliveira Salazar alguns aspectos positivos, carreados ao longo de 40 anos de governação – pesem embora as sombras do autoritarismo que caracterizaram o consulado – a verdade é que Salazar ficou a dever a Portugal uma **política colonial** (ou **ultramarina**) adequada ao rumo incontornável dos acontecimentos, coincidente com o soprar dos **ventos da História**: pelo outro lado, não é menos verdade que se o país ficou a dever aos "capitães de Abril" a restauração democrática e o renascer da liberdade, também os dirigentes e os principais responsáveis pelo processo revolucionário ficaram a dever a Portugal um epílogo de colonização digno de nosso passado, susceptível de evitar o abandono caótico, para não dizer vergonhoso, levado a cabo na sequência da Revolução.

Se Salazar não merece ser absolvido – e a História registá-lo-á – pelo erro gigantesco que cometeu, conduzindo Portugal através de caminhos utópicos e inviáveis, também os responsáveis pela descolonização procuraram livrar-se, **de qualquer maneira** e a que preço fosse, do património histórico que as colónias inequivocamente representavam para o país.

Quem, como nós, chegara 500 anos antes e ficara ao longo dos séculos, não poderia agir nem ser tratado como se tivesse chegado ontem. Fossem quais fossem as circunstâncias que condicionassem a conjuntura.

Era forçoso descolonizar. Mas era igualmente imperioso evitar a fuga e o abandono.

A trajectória histórica pode ser corrigida. O que não pode, nem deve, é ser ignorada e desprezada. Muito menos desrespeitada.

Na verdade – e ao invés do que David Martelo argumenta – por mais difíceis e ingratas que fossem (e foram-no de facto) as circunstâncias originadas pelo processo revolucionário, jamais se deveria ter deixado de levar em conta – e de ter sempre presente – que, em nome e por dedicação a Portugal, centenas e centenas de compatriotas, brancos, negros e mestiços, ofereceram e sacrificaram as suas vidas em holocausto à Pátria que haviam sido chamados a servir.

Os responsáveis pela descolonização procuraram livrar-se, *de qualquer maneira* e a que preço fosse, do património histórico que as colónias inequivocamente representavam para o país.

Esses mortos – todos esses mortos – que não tiveram culpa dos erros cometidos, que não pediram para combater (embora se tenham batido abnegada e heroicamente) não mereciam que sobre os seus cadáveres, ainda quentes, se tivesse procurado "passar uma esponja", de molde a ignorar ou a diligenciar fazer esquecer a generosissima dádiva das suas vidas. Era forçoso descolonizar. Mas era igualmente imperioso evitar a fuga e o abandono. Se, de facto, a **política ultramarina** do regime anterior foi pecaminosa ou utópica, aquela que o alvorecer da democracia representou e trilhou, não foi menos criticável nem menos daninha.

E por aqui me fico. Na esperança de poder vir a propiciar – através desta despretenciosa ainda que polémica intervenção – acrescido interesse pel'As Mágoas do Império do coronel David Martelo. Na realidade um livro notável, pleno de interesse que bem merece ser lido, divulgado, avaliado e discutido. Não apenas por quantos viveram – aqui e nos territórios não europeus – a saga do ocaso do Império, mas também (quase me atreveria a dizer sobretudo) pelas novas gerações para as quais o passado – e neste caso um passado recente – deve constituir uma fonte perene de ensinamentos susceptíveis de iluminar os caminhos do Futuro.

As Mágoas do Império, Como Acto de Abril

por Vasco Lourenço

"Para o Vasco Lourenço, com a amizade de sempre, ofereço ***este pedaço do meu 25 de Abril***".

Foi esta a dedicatória com que o David Martelo me ofereceu o seu livro "***As Mágoas do Império***". Acrescentando, verbalmente, "*o Vasco Lourenço pode não o ler, mas o presidente da Associação 25 de Abril tem o dever de o fazer*".

Li-o, não como obrigação mas com enorme gosto e interesse crescente.

E rendi-me à excelência da obra, compreendendo perfeitamente a razão de ser das duas afirmações do Martelo, atrás referidas. Concluindo que, ao escrever "As mágoas do Império" o David Martelo continua a ser um ***genuíno capitão de Abril***: corajoso, coerente e verdadeiro, polémico.

Ao escrever "As mágoas do Império" o David Martelo continua a ser um *genuíno capitão de Abril*: corajoso, coerente e verdadeiro, polémico.

No ensaio que nos apresenta, David Martelo transporta-nos ao início da expansão portuguesa, à construção do império daí resultante, e acompanha-nos durante toda a sua existência, com as muitas contingências que o atravessaram, até à sua morte. Guiados por um estudioso e analista imparcial, podemos constatar a imaturidade, inconsciência e incapacidade de visão de que padeceram muitos dos seus principais responsáveis. Com duas particularidades especiais, seja a grande discussão que sempre se desenvolveu à volta da natureza da expansão e da sua manutenção, com muitas opiniões críticas às soluções encontradas (onde o infante D.Pedro ocupa a posição pioneira), seja o papel muito negativo que os responsáveis políticos sempre desempenharam (de que é justa excepção o rei D. João II) ao contrário dos actores no terreno (nomeadamente os militares), responsáveis pelos actos valorosos e muitas vezes heróicos em que a nossa expansão foi pródiga (com algumas excepções, como também é natural).

Dando grande importância ao facto de sempre, durante os seis séculos em que durou a aventura do Império, se ter discutido a sua razão de ser e a sua natureza, David Martelo demonstra a característica totalitária de Salazar e Caetano que impuseram a máxima de que "*a Pátria não se discute, defende-se*" e que, ao levarem a sua cegueira até ao fim, provocaram que a queda do Império não se tenha dado em melhores condições do que as vividas durante a sua existência. Levando-nos a concluir, tal como o autor começa por sugerir na intrudução, que essa queda *foi mais a perda de um prejuízo do que a perda de um lucro*.

A assumpção de David Martelo de que esta obra *é um pedaço do seu 25 de Abril*, fica claramente perceptível quando o vemos demonstrar-nos, com crua e inatacável realidade, a sem razão dos detractores dessa nossa gesta libertadora, que continuam a clamar contra o abandono do Ultramar e a traição que isso significou. Ficando claro que as condições em que se realizou a descolonização – para além do facto de haver outro lado que estava lutando pela sua independência (factor fundamental, se se quiser analisá-la honestamente), também eles responsáveis por erros nesse processo, com sequelas irreparáveis – foram fundamentalmente consequência da acção dos responsáveis antes do 25 de Abril, mais do que dos actores desse acto libertador. Posição que apenas não é aceite, quase que exclusivamente, por alguns dos últimos responsáveis no regime fascista e colonialista derrubado pelo MFA, dos quais se salienta Kaulza de Arriaga que, através de acusações verrinosas e odientas, procura fazer esquecer a sua incapacidade como chefe militar e esconder a sua cobardia que o leva a negar os actos que protagonizou em fins de 1973 (tentativa de golpe de extrema direita, conhecida como Kaulzada). É de facto elucidativo da sua falta de coragem, não ter assumido esses factos, nem na altura, nem durante muito tempo. E mesmo muito mais tarde, quando publica "Guerra política", assume ter entrado em contacto com o Movimento dos Capitães; assume ter feito reuniões com generais, onde se deu a ruptura com Spinola, que não aceitou entrar no seu golpe; assume que chegaram à conclusão de que "era necessário impor, firme e decisivamente, a mudança imediata do governo e outras mudanças"; assume que "se impunha que os generais assumissem as suas responsabilidades"; mas, meu Deus, quanta hipócrisia (!), continua a dizer que *isso não constituia um golpe de Estado*!

As condições em que se realizou a descolonização ... foram fundamentalmente consequência da acção dos responsáveis antes do 25 de Abril, mais do que dos actores desse acto libertador.

Muitos criticam a forma como se processou a descolonização, mas continuamos à espera de que alguém explique como, e com que meios, naquelas condições e a seguir ao 25 de Abril, teria sido possível fazer melhor.

David Martelo faz no seu ensaio uma afirmação que também eu venho repetindo , há bastante tempo: ***muitos criticam a forma como se processou a descolonização, mas continuamos à espera de que alguém explique como, e com que meios, naquelas condições e a seguir ao 25 de Abril, teria sido possível fazer melhor***.

É que é fácil dizer que "correu mal, houve muitos traumas, muitas situações indesejáveis, etc, etc". É um facto, como o David Martelo afirmou, "*também nós sentimos profunda mágoa pela maneira como se encenou o ciclo do Império. Mas*

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Livro fundamental para quem, não querendo ou não podendo fazer estudos aprofundados sobre a expansão portuguesa, queira melhor compreender a natureza dessa nossa expansão. Livro polémico, como o seu autor já nos habituou, que é já um enorme e indispensável contributo para a discussão da descolonização.

dai a classificar de traição o que não foi mais do que a expressão final das nossas seculares incapacidades, vai uma grande distância". Principalmente se essas acusações forem feitas por quem não tem a mínima autoridade para as fazer, acrescento eu.

David Martelo termina o seu ensaio, alertando-nos para o "***despertar de novas inquietações***" que poderão ser consequência do facto de *a questão do Império ainda viver no coração dos portugueses, que estará provocando uma retórica pró-africana a que se quer dar contornos de futuro, como se se tratasse de inexplicável recaída provocada por um vírus que, desde há séculos, se alojou no tecido social lusitano*. Rematando com a citação de António Sérgio de que *importa assumir colectivamente os erros do passado, e, com o claro conhecimento da História, usufruir dessa vantagem, para* ***não sermos tentados a repeti-la***.

É um facto, mas, tal como o David Martelo salienta ao longo do ensaio, *um dos maiores defeitos dos responsáveis portugueses foi o de nunca terem sabido aproveitar o poder resultante da existência do Império em benefício da Nação, em benefício do povo português* (ou se esbanjava em obras sumptuosas e gastos supérfluos, ou se faziam ofertas megalómanas à procura de estatutos nunca alcançados).

Por isso, mais do que afastar as ligações aos países e povos do antigo Império, *com receio de novas tentações de fazer papel de país rico, esbanjador de dinheiros*, a que é preciso estar atento e evitar, parece-me fundamental aproveitar *o capital resultante da vivência do Império, que é a nossa capacidade de relacionamento com esses povos e esses países* (e que apesar de tudo, o 25 de Abril conseguiu salvaguardar), para o estabelecimento de ligações priveligiadas. Que poderão ser a nossa mais valia junto da comunidade onde nos voltámos (?) a integrar, isto é, a europeia.

Um último comentário a "*As Mágoas do Império*". Livro fundamental para quem, não querendo ou não podendo fazer estudos aprofundados sobre a expansão portuguesa, queira melhor compreender a natureza dessa nossa expansão. Livro polémico, como o seu autor já nos habituou, que é já um enorme e indispensável contributo para a discussão da descolonização – mesmo sem a analisar especificamente – e é também uma enorme pedrada no charco na discussão sobre o futuro de Portugal.

Parabéns caro David Martelo. Bem hajas, por continuares o nosso 25 de Abril. Não esmoreças. Um abração muito amigo

P.S.

Assisti ao lançamento de "As Mágoas do Império" e aí pude intervir, nomeadamente ao interpelar o apresentador do Livro, o meu amigo Manuel José Homem de Melo, a quem solicitei que me respondesse à questão que atrás referi "*diga-me, como, naquelas condições, se poderia ter feito melhor a descolonização*".

Como esperava, repetiram-se, quer da parte dele, quer de outros intervenientes, as afirmações do tipo "*não sei bem, mas estou convencido que poderia ter sido melhor*" ...

Apesar de não concordar com a sua posição, no que se refere à questão da descolonização (que, pessoalmente, prefiro designar de descolonização/independência) tomei a iniciativa de lhe solicitar cópia da sua intervenção.

Ela aqui fica, como um elemento que confio contribua para um debate sobre esta questão, que continua a estar presente em grande parte da população portuguesa.

Na A25A queremos discutir os problemas e não tememos as opiniões críticas ou contrárias. Só da discussão poderá nascer a luz. Confiemos em que esta intervenção seja um complemento a "As Mágoas do Império", no sentido de um debate frutuoso.

O 25 DE ABRIL NA EXPO'98

A SEMANA QUE LIBERTOU PORTUGAL

VISITE A EXPOSIÇÃO

(ESTAÇÃO DO ORIENTE - ENTRADA LIVRE)

A Crítica de Nuno Santa Clara

Neste seu novo livro, David Martelo refina o que já nos tinha apresentado na sua obra anterior (O Exército Português na Fronteira do Futuro PEA 1997): objectividade, abundante documentação, ausência de preconceitos. Ou seja, um corte com o método tradicional de formular uma teoria e depois esforçar-se por prová-la, seleccionando cuidadosamente os textos de apoio, entre outros artifícios.

Objectividade, abundante documentação, ausência de preconceitos.

Ocorre-me uma frase jocosa: não me venha com os seus factos, que eu tenho os meus argumentos. E nisto David Martelo é, desculpem-me a expressão, um chato: os seus factos são teimosos, não deixando lugar a subtis argumentos. Obriga-nos a esgrimir, não com teorias, mas com números, não com grandiloquência, mas com testemunhos. E no tocante a citações, vai ao ponto de transcrever, dos mesmos personagens, declarações opostas, feitas em épocas diferentes, como que provando que os ventos da História, afinal, existem. Não se lhe nota ironia, mas antes o sentimento de que seria cómico, se não fosse trágico.

Sobre a descolonização, fica-nos um sabor a pouco. E não posso deixar de recordar duas estórias passadas em França. Numa delas, durante uma amável conversação, foi-me (delicadamente) censurada a nossa descolonização; limitei-me a perguntar ao meu interlocutor que teria feito a França se tivesse tido de encarar, em simultâneo, Dien Bien Phu, o fim da guerra da Argélia e Maio de 68. Noutra, imagine-se a cara de um nosso estagiário na Ecole de Guerre quando o seu colega angolano, chamado a pronunciar-se sobre o seu país, acusou publicamente Portugal de ter descolonizado apressadamente... Não cai David Martelo na autojustificação ou na autoflagelação, típicas, uma e outra, de muitas publicações sobre o assunto; mais uma vez, cinge-se aos dados e pergunta, muito sensatamente: de outra maneira, sim, mas como? A resposta será certamente igual à do meu interlocutor francês: o silêncio.

"As Mágoas do Império" não será o livro da explicação final do nosso destino – ou antes ciclo – imperial; mas é um livro que, pela sua lucidez e pela documentação citada, se torna incontornável no estudo da História recente (e não só) do nosso País.

Cinge-se aos dados e pergunta, muito sensatamente: de outra maneira, sim, mas como? A resposta será certamente igual à do meu interlocutor francês: o silêncio.

ADQUIRA DIRECTAMENTE NA A25A

"As Mágoas do Império"

2.820$00

"O Exército Português na Fronteira do Futuro"

2.340$00

AJUDE A SUA ASSOCIAÇÃO

CONVITES FEITOS À A25A

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Forum dos Direitos Humanos em Língua Portuguesa
14-07-98

Inauguração da Exposição e Conferência "A Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936".
08-09-98

Inauguração da Exposição de fotografia "ARS NATURAE" de Dimiter Ánguelov
10-09-98

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
Festas do Concelho 1998
17-07-98

Entrega de Condecorações Municipais
25-07-98

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR E DAS NAVEGAÇÕES LUIS DE ALBUQUERQUE
Lançamento do livro "Figueira da Foz e Buarcos (1861 - 1910) Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral"
18-07-98

COMISSÃO DE HOMENAGEM AOS MARINHEIROS TARRAFALISTAS
Almoço de Encerramento da Homenagem
26-09-98

EMBAIXADA DA CUBA
Dia Nacional de Cuba na EXPO'98
26-07-98

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração de Exposição Colectiva
08-98

Inauguração de Exposição Colectiva de pintura de Artistas Médicos
05-09-98

JUNTA DE FREGUESIA DO LARANJEIRO/ CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
Lançamento do livro "Arsenal do Alfeite: Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal" de Alexandre M. Flores e António Neves Policarpo
03-07-98

JUNTA DE FREGUESIA DA VENTEIRA
Espectáculo de Música Ligeira
24-09-98

L'ACRÓPOLE ROUGE
Inauguração da Exposição "Amadora Ibérica 98"
19-09-98

PORTUGAL 2000
Debate sobre "O Pós - EXPO'98"
17-09-98

PRESIDENTE DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
IN MEMORIAM realizado pelas Companhias de Teatro Fatias de Cá, Portugal, Hiu Koc, Macau e Takebue, Japão, numa celebração de Encontro de Culturas
28-07-98

SECRETARIADO DA FESTA DO AVANTE
Festa do Avante
4/5/6-09-98

TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "Médica Estrangeira" de Willy Kirklunt
23/24/25-09-98

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Estreia do espectáculo "Um Sonho" de August Strindberg
11/12-09-98

TIGO & AVELAR
Inauguração da Exposição de Desenhos de Ramon Catalan
19-09-98

OFERTAS FEITAS À A25A

• LIVROS

"A Sentença" de Carmo Vicente
Oferta do associado Luis Manuel Duarte Diogo

"As Mágoas do Império" de David Martelo
Oferta das Publicações Europa América

"Literatura Actual de Almada – Antologia"
Oferta do associado Fernando Miguel Bernardes

• PARTITURA INTERNACIONAL

Oferta do associado António Amilcar Correia

ASSOCIADOS FALECIDOS

JOSÉ LUIS MACHADO DE OLIVEIRA

Sócio Efectivo n.º 460 (Fundador)

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

SEDE

Depois de um longo período, em que tivemos de ultrapassar diversos obstáculos, estamos a aproximar-nos do objectivo.

Obtidas as verbas necessárias, através de um subsídio do governo, assinámos um contrato com a Construtora Abrantina, a empresa que, das várias consultadas, nos apresentou a melhor proposta.

Vão-se iniciar as obras, na esperança de aí já podermos comemorar o 25.° aniversário do 25 de Abril. Apesar de não ser possível a nossa instalação até essa data, acreditamos que seja possível lá realizarmos uma actividade específica.

Qual, logo se verá

PAGUE AS QUOTAS

COLABORE COM A A25A

DIVULGUE O BOLETIM

O 25 DE ABRIL NA EXPO 98 A SEMANA QUE LIBERTOU PORTUGAL

Como noticiámos no número anterior de "O Referencial", esteve presente numa das galerias da Gare do Oriente uma exposição, que nos recorda o acto libertador de 1974.

Como temíamos, o local não foi o melhor e os resultados, em termos de visitantes, ficaram muito aquém do previsto e desejável.

Mais uma etapa da luta contra o esquecimento, a que muitos querem votar o 25 de Abril, foi relativamente ultrapassada...

Como resultado de tudo, para além de alguns milhares de visitantes, a A25A fica possuidora de uma exposição, que estamos preparando para a tornar itinerante.

Vamos oferecer a possibilidade de os diversos municípios a receberem durante algum tempo.

Aqui fica já o alerta, no sentido de sugerir a sua divulgação e a sua visita.

VAMOS APRENDER BRIDGE! (41)

Continuando a analisar o tema iniciado no último número (RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM BARRAGEM) vamos agora apresentar uma solução para "resolver" a questão colocada pelo nosso parceiro com a abertura em barragem, em naipe pobre.

2 - RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM 3 ♣ / ♦

2.1 - ATITUDE DESTRUTIVA

Tal como sobre as aberturas em 3 ♥/♠, também sobre as aberturas em 3 ♣/♦ o prolongar da Barragem poderá constituir manobra inibidora para os ADV encontrarem o melhor contrato, desde que o castigo, eventualmente a sofrer, não atinja proporções não compensadoras.

Sempre que tomar essa decisão o respondente deverá apoiar-se na LEI DAS VASAS TOTAIS (LVT) para garantir uma cobertura, em termos de SEGURANÇA, face à marcação.

Devem ter presente que é muito importante o número de trunfos que se possue e que, **normalmente**, só o prolongamento da barragem para o nível 5 (5♣/♦) constitui verdadeiro obstáculo à detecção e marcação da partida em ♥ ou em ♠ pelos ADV.

Exemplo:

N/S - NÃO VULNERÁVEL
E/W - VULNERÁVEL

N abriu em 3 ♦
S tem a seguinte mão:

♠ 86
♥ 1094
♦ D852
♣ A1032

O leilão deverá ser:

N	E	S	W
3 ♦	PASSO	5 ♦	?

Não tenhamos dúvidas que W terá muito maior dificuldades em "falar" ao nível 5 do que ao nível 4.

Não tenhamos dúvidas que E/W têm partida (porque não chelem?) em ♥ ou ♠.

Se W dobrar, E vai entender como PUNITIVO ou como CHAMADA?

W pode não ter um naipe suficientemente comprido e consistente para o anunciar ao nível 5

Tudo isto foram dificuldades criadas à linha E/W pela abertura em barragem e pelo prolongamento da mesma até ao nível 5.

Chegados a este nível (5) W poderá basear-se na máxima de que "o nível 5 é para os ADV jogarem!" e dobrar de que resultando um castigo de 500 pontos, constituirá uma óptima defesa para N/S, face aos 620/650 pontos da Partida ou aos 1470 do Chelem existentes em E/W.

2.2 - ATITUDE CONSTRUTIVA

2.2.1 - O CONTRATO DE 3ST

Convém ter presente que os naipes da abertura correspondentes às barragens em 3 ♣/♦ têm que ser mais consistentes em figuras (AR..., RD10... etc) do que os referentes às aberturas em 3♥/♠, em que os naipes de trunfo **poderão** ser bastante mais **anémicos**, em termos de figuras.

Tal facto **favorece** a possibilidade de marcação do contrato de 3ST, por parte do Respondente, sempre que tiver um complemento aceitável no naipe de abertura (Dx ou Rx) e duas vasas rápidas laterais ao naipe da barragem e não possuir **nenhum** naipe, completamente indefeso, no qual os ADV possa "tirar" mais de 4 vasas.

A presença de um singleton no naipe de abertura é **praticamente inibidora** da marcação de 3ST por parte do Respondente, dado o naipe do Abridor não poder ser encabeçado por ARD. Se o passe encabeçado por ARD. Se o fosse a abertura teria sido outra que não 3♣/♦.

A	B
♠ V1087	♠ AD74
♥ A95	♥ AD102
♦ A92	♦ RV108
♣ R72	♣ 6

N	E	S	W
3 ♣	PASSO	?	

Com a mão A (12PH) S **poderá** e **deverá** marcar 3ST, em qualquer situação de vulnerabilidade. Tem um belíssimo complemento a ♣, 2 vasas rápidas (A♥ e A♦) e o quarto naipe ♠ defendido q.b..

Com a mão B (16PH) S **não poderá nem deverá** marcar 3ST. Apesar de ter uma mão substancialmente mais poderosa do que a mão A, tem um **desmotivante** e **inibidor** singleton a ♣ que o impedirá de explorar o naipe cumprido do parceiro. Assim sendo onde fazer as 9 vasas? Jogando da sua mão? Impossível! Nada mais lhe resta do que PASSAR.

2.2.2 - O CONTRATO EM NAIPE RICO (4♥/♠)

Sempre que o Respondente concluir que o contrato em 3ST é impossível de realizar, normalmente porque existe um naipe lateral sem qualquer defesa e que não resistiria a um ataque dos ADV, mas que a sua mão apresenta "argumentos" para perspectivar a existência da partida em ♥/♠, naipe onde tem **6 boas cartas** ou **5 muito boas**, o parceiro do Abridor deverá anunciar o seu naipe rico ao nível de 3.

Esta é uma voz forcing, à qual o **parceiro terá que responder**. E como?

Apoiando o naipe rico caso possua 3 cartas quaisquer ou duas com uma figura ou repetindo o naipe de abertura caso não possua nenhuma das distribuições anteriores.

A	B
♠ ARD1062	♠ V32
♥ 53	♥ ARV972
♦ DA	♦ 2
♣ RD10	♣ D74

Após a abertura em 3♦, com a mão A é **legítimo** dizer 3♠ **tentando** a Partida em 4♠. Não pode tentar 3ST por as ♥ serem indefesas.

Com a mão B a voz de 3♥ **não é legítima**, porque mesmo que o parceiro tivesse FIT a ♥ a mão era demasiado "aberta" apresentando dois naipes (♠ e ♣) onde os ADV poderiam "colher o oiro" antes que o cortador pudesse ter qualquer interferência na acção ofensiva.

Não quero encerrar este tema sem apresentar uma situação interessante.

Suponham-se perante o leilão:

N	E	S	W
3 ♦	PASSO	3 ♥	PASSO
4 ♠	PASSO	?	

ou

N	E	S	W
3 ♣	PASSO	3 ♠	PASSO
4 ♥	PASSO	?	

O que poderão significar as vozes de 3♠ e de 4♥ proferidas pelo abridor?

Pretenderia N anunciar o seu naipe rico lateral? Evidentemente que não! O abridor em barragem em ♣/♦ **não deve** ter um naipe lateral de 4 cartas em ♥ ou em ♠. Faz parte das características proibitivas para abrir em barragem em ♣/♦. O que N está a "dizer" ao parceiro é que tem apoio no naipe declarado pelo respondente e, **além disso**, que também tem uma figura ou em singleton (CONTROLO) no naipe anunciado na 2.ª voz.

Lógica e eficaz esta forma de leiloar, não concordam? Então introduzam-na no vosso Sistema e treinem-na com o vosso parceiro.

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 1)

partido político", mas a verdade é que se tem frequentemente veiculado uma interpretação contrária, levando a maior parte dos militares no activo a resguardarem-se, evitando participar ou intervir publicamente, receando violar o arto 31.°. A lei exerce, então, no mínimo, um efeito desmobilizador.

Pior é o que se passa à margem da própria lei, mas utilizando o seu pretenso espírito como pretexto, e que deixa aos militares ainda menos meios de defesa.

Os militares mais motivados para a intervenção cívica e menos dispostos a abdicar dos seus direitos dentro dos limites da LDN , não são objecto de sanções disciplinares porque a hierarquia reconhece não dispor de instrumentos legais que as suportem. Mas podem ser depois – foram-no num passado não muito remoto – sujeitos a medidas discriminatórias, através dos mecanismos das informações periódicas, das colocações, das nomeações, das escolhas, das credenciações, das promoções, onde a discricionariedade da chefia goza de grande latitude e impunidade.

É este conjunto de factores que toma o Art.° 31.° um instrumento de dissuasão demasiado perigoso.

* * *

Anunciou-se, recentemente, a intenção de o governo apresentar uma proposta de alteração da LDN, nomeadamente do Art.° 31.°. Não tomamos posição sobre a proposta do governo, que conhecemos mal.

Consideramos, porém, que os militares devem aproveitar a oportunidade para utilizarem, sem limitações e sem inibições injustificáveis, as margens de intervenção que a lei oferece, para procurar que a sua condição de cidadãos não seja reduzida e, pelo contrário, sejam revistas as restrições que não se justificam.

Destaco, no entanto, declarações públicas do ministro da tutela, quando se referiu à proposta de alteração à lei, recusando categoricamente qualquer tipo de sindicalização militar.

O problema é que, esta questão, não vai ser solucionada com afirmações voluntaristas, seja de quem for que passe efemeramente pelo poder. A questão é estrutural. A profissionalização das forças armadas, em curso, encerra uma lógica que arrastará consequências, que tarde ou cedo acabarão por se manifestar.

A passagem do serviço militar nacional à profissionalização, representa uma alteração de natureza, que transforma a "condição militar" em "profissão militar". Do exercício de uma condição de soberania em benefício de uma entidade nacional, passa-se à prestação de um serviço em proveito de uma entidade patronal, ainda que se trate do Estado.

As reivindicações sindicalistas surgirão inevitavelmente. Primeiro timidamente, através de associações sócio-profissionais, cujos afloramentos são já identificáveis. Com o tempo os seus objectivos clarificar-se-ão. E não lhes faltarão apoios de partidos políticos, obviamente quando estiverem na oposição, porque quando chegam ao poder depressa reformularão o seu discurso.

PEDRO PEZARAT CORREIA